



REVISTA

RPPS[®]

do Brasil

ANO III - 12ª EDIÇÃO - AGOSTO / SETEMBRO / OUTUBRO DE 2013

ANEPREM

Associação realiza, com sucesso, o 13º Congresso Nacional de Previdência e VII Encontro Estadual da APEPP



Foto: Assessoria ANEPREM



Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933

twitter @Bradesco

facebook.com/Bradesco

**Para as melhores soluções
em Investimentos,
o Poder Público pode contar
com a Presença do Bradesco.**

Só o Bradesco pode oferecer, a Órgãos Públicos e Entidades, alternativas exclusivas de Investimento, com atendimento especializado e transparência. O compromisso é buscar bons resultados com máxima segurança e liquidez. São mais de 60 Gerentes de Investimentos estrategicamente à disposição em todo o País e a facilidade do site bradescopoderpublico.com.br ou de uma Agência sempre perto de você.

bradescopoderpublico.com.br



Bradesco



expediente

Direção: Ana Paula Vasconcelos e Iliane Fonseca

Comercial: Revista RPPS do Brasil - 64 3442 6963 / 8133 1707 (Iliane) / 9232 2335 (Ana Paula)

Reportagem: Maysa Abrão, Iliane Fonseca, Ana Paula Vasconcelos e Kerley Pita

Secretária: Ana Paula Oliveira

Design Gráfico: Rafael Rodovalho

Fotografia: Revista RPPS do Brasil

Assessoria Jurídica: Baden Powell & Mourão Advogados

Jornalista Responsável: Iliane Fonseca MTE/RP 2729/GO

Distribuição própria para os RPPSs do Brasil

Editada por RPPS BRASIL PUBLICAÇÕES E EVENTOS - CNPJ:
13.399.934/0001-90

Colaboraram na edição, como colunistas: Beltrina Côrte, Bruno Martins, Douglas Barduzzi, Lucimar Antonio, Luciano Castro, Bernard Gonin e Gabriel Goulart e Osório Chalegre.

*** Os artigos assinados expressam, especificamente, a opinião de seus autores.**

CONTATO:

64 – 3442 6963 / 8123 1263 / 8106 3838

R. Nossa Senhora de Fátima, 585

N. Senhora de Fátima – Catalão – Goiás – CEP: 75.709-180

www.revistarppsdobrasil.com.br
contato@revistarppsdobrasil.com.br
anapaula@revistarppsdobrasil.com.br

editorial

Prezado Leitor,

Mais uma edição da Revista RPPS do Brasil chega às suas mãos com um conteúdo de qualidade e comprometido com o trabalho sério de gestão realizado pelos Institutos de RPPS. Na nossa capa, destaque para o sucesso do 13º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM e VII Encontro Estadual da APEPP.

Também estamos destacando os bons exemplos de gestão dos Institutos no Brasil, evidenciando os Institutos dos Municípios de Rio Negrinho/SC, Brusque/SC, Cabedelo/PB, Concórdia/SC e Petrópolis/RJ, os quais foram premiados com o troféu do 4º Prêmio de Boas Práticas de Gestão da ANEPREM.

Nesta edição, ênfase para 7º Simpósio de Previdência da AEPREM/RJ, em Rio das Ostras e para o Congresso Nacional de Direito Previdenciário em comemoração aos 90 anos da Previdência no Brasil.

Nas Páginas Verdes, um bate-papo com Leonardo Rolim, Secretário de Políticas de Previdência sobre vários assuntos ligados ao RPPS.

No Raio X, evidenciamos o trabalho caprichoso de gestão em Municípios do Mato Grosso, além de muito mais.

Boa leitura, aproveite a melhor revista de RPPS no Brasil, e até a próxima.

errata

CORRIGINDO

“Gostaria de registrar meu descontentamento com uma matéria publicada na Revista RPPS do Brasil, Ano III, 11ª Edição- Maio/Junho de 2013 – página 14, em matéria acerca do PROPREV. A matéria está tendenciosa e não relata a verdade dos fatos. Para concorrer aos recursos do PROPREV II, os RPPSs precisavam preencher alguns requisitos para concorrer a 04 (quatro) categorias, sendo a do Censo Funcional e a do Censo Cadastral as mais concorridas. Havia ainda para equipamentos e outra para consultoria. A Bahia foi contemplada APENAS com equipamentos, já a Paraíba Previdência - PBPREV, além de ser primeiro lugar nos itens avaliados no quesito Censo Funcional (volto a dizer: o mais disputado e o que exigia mais requisitos), foi contemplado também com equipamentos (que exigia menos requisitos). Então, a Bahia NÃO foi o “melhor avaliado entre os entes selecionados...”. Até porque foram 4 categorias”.

Foto: Studio3 / Graziela Maia



Iliane Fonseca e Ana Paula Vasconcelos



Hélio Carneiro Fernandes - presidente da PBPREV.

06 entrevista

Leonardo Rolim fala de vários assuntos ligados ao universo RPPS.

12 artigo

A voz das ruas e a previdência: a vez dos conselhos.

23 RPPS em destaque

As boas práticas de gestão do RPPS premiadas no Brasil.

44 social

Um registro dos participantes no 13º Congresso da ANEPREM.



Leonardo Rolim

Secretário de Políticas de Previdência Social fala sobre vários assuntos do universo RPPS.

O Mato Grosso tentou equacionar suas contas aportando imóveis. O Senhor nos disse que o Acre também vai adotar essa experiência, como será isso?

Como tenho dito, em 2011, tínhamos 10 Estados que não tinham implementado uma solução para o equilíbrio atuarial, não tinham iniciado uma capitalização. Dois desses Estados partiram para um caminho inovador, que é de buscar o equilíbrio financeiro atuarial sem fazer segregação de massas, que foi o estado do Mato Grosso, e recentemente, o Acre. Qual é o caminho? O Estado possui um déficit atuarial, no caso do Mato Grosso era de 13,8 bilhões; ele aporta bens e direitos, como imóveis, concessões, exploração de rodovias, manejo sustentável de florestas, fluxo líquido de dívida ativa, com esse conjunto de bens e direitos ele equilibra atuarialmente a previdência. Além disso, temos que monetizar os bens, pois não adianta você ter imóveis, os quais na hora em que você precisar pagar o benefício, não vão gerar dinheiro. Então, juntamente com Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BRB, foi

feito um termo de cooperação, uma série de passos a serem seguidos para monetizar esses bens. O que é isso? É você identificar a vocação de cada um desses bens e aplicar essa vocação. Exemplo, uma concessão de exploração de uma rodovia, o que você tem que fazer? Terá que criar um FIP para, se for o caso, pavimentar ou duplicar a estrada, definir o valor do pedágio a ser cobrado, criar um modelo de negócio para transformar aquela concessão em algo rentável, em algo que gere dinheiro e que irá atrair investimentos da iniciativa privada, de outros RPPSs, de fundo de pensão e esses investimentos vão ser capitalizados via FIP, o qual irá viabilizar aquela concessão a se transformar em negócio. O Estado, é importante salientar, deixa de ter uma concessão para ter cotas de um fundo e ao ter essas cotas, ele terá a rentabilidade daquele fundo e se precisar ter recursos antecipadamente, antes de finalizar o fundo, ele pode comercializar essas cotas. Da mesma forma, vamos imaginar imóveis, os urbanos vão gerar empreendimentos imobiliários, e os rurais podem gerar

empreendimentos na área do agronegócio ou de reflorestamento, então, o desenho é no sentido de monetizar, buscando a vocação de cada bem. Se um determinado bem não tem uma vocação adequada, ou um problema jurídico sério, identificado isso se devolve esse bem ao Estado e coloca outro no lugar, de forma a manter o equilíbrio financeiro atuarial e a previdência ter o que precisa, os ativos financeiros.

O Senhor é contra a segregação de massas?

Não que sou contra, mas a segregação de massas, continuamos a dizer que deve ser a última alternativa, porque ela posterga a solução, ou seja, em vez de ser imediata, estará implementada definitivamente daqui há duas gerações, 60, 70 anos. Segundo, que essa segregação tem um custo de transição por duas décadas, bastante elevado. No primeiro momento não é grande, mas nas próximas três, quatro gestões o peso será sentido. Depois dessas décadas, alivia até chegar ao pleno equilíbrio. Não tendo outra alternativa, é melhor que não fazer nada.

Qual é a estratégia do Ministério para os regimes próprios?

O Ministério da Previdência tem se preocupado com três pontos em relação aos RPPSs, o primeiro e mais importante é o equilíbrio financeiro atuarial, onde concentra a maior parte de nossos esforços e desafios no sentido de encontrar novas receitas e também no sentido de reduzir despesas. Os RPPSs, incluindo a União, Estados e Municípios, têm um déficit atuarial de mais de três trilhões de reais, um déficit financeiro que em 2012 chegou próximo a oitenta bilhões de reais, somando tudo, sem dúvida é nosso maior desafio. Nosso segundo desafio é em relação à gestão, gestão de benefícios, investimentos, boa aplicação dos recursos financeiros, ou seja, uma previdência de qualidade, com orientação para uma certificação institucional. Começamos com a certificação dos gestores financeiros, que era a área mais sensível, agora estamos partindo para uma gestão institucional. Não é naquela lógica de você fazer uma prova e dizer: o instituto “A” é ótimo, o “B” é mais ou menos, o “C” é ruim, mas a ideia da certificação é de ser um caminho a ser trilhado, de ter uma estrada, uma orientação a ser seguida. Então, esse é o objetivo em relação a gestão. Ainda na linha da gestão, outra coisa que consideramos importantíssimo é a melhoria das bases de dados, que é um grande problema para garantirmos uma boa gestão, portanto, isso é algo fundamental. Outra área que estamos trabalhando forte é a em relação ao SRPPS, estamos criando a câmara de gestão, a de compensação previdenciária, bem como, o apoio à melhoria das bases de dados.

Vamos falar um pouco sobre fator de desenvolvimento de regimes próprios para Estados e municípios. Você falou do Paraná, onde existem imóveis que irão valer, depois das melhorias, quatro vezes mais. O que isso representa para o próprio instituto? Para o desenvolvimento do nosso país?

Em relação a regime próprio, essa é uma nova visão, mas é algo antigo na previdência. Há várias décadas, o recurso da previdência é o principal fôlego para investimentos no mundo inteiro, porque é um fôlego de longo prazo. As pessoas poupam hoje para, na sua aposentadoria, receberem o benefício. Então, é uma aplicação de grande volume e a longo prazo, portanto a aplicação ideal para investimentos em estrutura,

um retorno de longo prazo, porém com risco controlado. Temos alguns exemplos que estão começando a se frutificar como esse do Paraná, temos outros espalhados pelo Brasil, como estradas, agronegócios, reflorestamento, já na área imobiliária temos inúmeros outros exemplos frutificando como prédios de estacionamento em áreas centrais, e ainda várias iniciativas que trazem a ideia de a previdência investir no que é importante para o desenvolvimento local, e ao mesmo tempo ter uma boa rentabilidade.

Sobre os investimentos, com as taxas de juros lá em cima fica mais difícil cumprir a meta. O que o Ministério pensa sobre isso e como as instituições financeiras podem cooperar nesse momento? Em primeiro lugar, já era esperado que fosse difícil cumprir a meta atuarial de IPCA mais 6%, com a queda na taxa de juros dos títulos públicos. Portanto, os RPPSs têm realmente que versificar, não dá para continuar aplicando apenas em título

“PRINCIPALMENTE OS ESTADOS, EM GRAU MENOR, ALGUNS MUNICÍPIOS, EM FUNÇÃO DE NÃO TER HAVIDO UMA CAPITALIZAÇÃO NO PASSADO, ESTÃO PASSANDO POR UMA SITUAÇÃO MUITO DIFÍCIL.”

público, mas se o RPPS deseja isso, pois não quer se expor a risco, tem que reduzir a sua meta atuarial, 6% não é obrigatório, é teto. Se quiser colocar 4,5%; 5,5%; ou até mesmo 4%, pode, só que ao fazer isso terá que aumentar a alíquota patronal, porque ao ter uma meta atuarial menor irá implicar num patrimônio menor na sua avaliação atuarial, consequentemente, a necessidade de uma contribuição patronal maior. Agora, se quiser o IPCA +6% vai ter que inovar, que buscar outras formas de investimento, buscando sempre o cuidado ao aplicar, conhecendo o produto no qual você está aplicando, quem é o administrador, quem é o gestor do fundo, como esse fundo está aplicando os recursos, que é o que chamamos de risco controlado. Não se consegue ter uma boa rentabilidade sem se expor a risco, mas você tem que conhecer o risco ao qual está se expondo.

Em suas palestras por este Brasil, o Senhor tem falado sobre a classe política em

relação ao RPPS, nos fale um pouco sobre isso.

O que vemos é que, principalmente, os Estados em grau menor, alguns municípios, em função de não ter havido uma capitalização no passado, estão passando por uma situação muito difícil e essa situação irá se agravar nos próximos anos. É o que chamam de custo de transição de uma segregação de massas, e em alguns anos muitos Estados estarão em uma situação crítica. Precisamos agir imediatamente para evitarmos que esses Estados se tornem insolúveis e não tenham condições de cumprirem com suas obrigações básicas. O que tenho observado é que grande parte da classe política não percebeu a importância e a gravidade dessa situação.

O Senhor também tem comentado que muitos Estados estão em uma situação tão crítica, ao ponto de quase não ser possível administrar.

Esse problema já chegou para alguns Estados. Temos alguns, principalmente aqui no nordeste, que estão “inadministráveis”, com greves de servidores que querem aumento, o que é justo, pois não tem aumento há algum tempo, mas o Estado não tem como dar esse aumento, porque já está no limite. Portanto, não podem oferecer aumento, contratar novos servidores e isso gera um dilema. Por enquanto, são poucos, mas o nosso temor, baseado em dados reais e estimativas para os próximos anos, é que isso irá se multiplicar nos próximos cinco anos.

Qual será a solução para esse problema?

Temos que enfrentar a solução buscando de um lado reduzir despesas e do outro lado criar novas receitas. Reduzir despesas, o CONAPREV apresentou uma série de propostas, uma nova lei geral que, por exemplo, mexe nas regras de pensão, que tira alguns benefícios previdenciários, que melhora a gestão previdenciária; apresentamos medidas em relação às aposentadorias especiais, alternativas para permitir uma melhor readaptação dos servidores, portanto reduzir aposentadorias por invalidez, ou seja, discutimos muito nos últimos anos, tanto sobre o ponto de vista de novas receitas como redução de despesas. As propostas estão prontas, falta nossos políticos reconhecerem e aprovarem o mais rápido possível. O que está faltando é reconhecer a importância do tempo!

Jornalista, doutorado e pós.doc em Ciências da Comunicação pela USP, docente da PUC-SP desde 2001 no mestrado em Gerontologia e coordenadora do curso de Especialização em Gerontologia (campus Ipiranga da PUC). É editora de conteúdos do Portal do Envelhecimento, programa da Ong Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (OLHE), da qual é membro fundador. Site: www.portaldoenvelhecimento.org.br. E-mail: beltrina@pucsp.br e beltriolhe@gmail.com



Foto: Reprodução

Análise do gestor

A análise do gestor representa o conjunto de artigos sobre o mercado financeiro e de capitais relacionado aos RPPSs. A cada edição da Revista o leitor poderá acompanhar os temas e as novidades propostas e discutidas pelo autor e outros profissionais em conjunto com personagens dos próprios RPPSs. Estas publicações destinam-se aos gestores e dirigentes, e também ao público em geral que tenha interesse sobre o assunto. A intenção é construir um canal de Informação & Comunicação através da Interação & Aprendizado com o desenvolvimento de reflexões sobre o processo de gestão de investimentos destes investidores, de modo que a continuidade do trabalho possa contribuir, ao longo do tempo, para o resultado dos leitores no desempenho de suas atividades como gestores, conselheiros ou interessados. Dessa forma, o objetivo é proporcionar elementos específicos e atuais de reflexão e orientação acerca dos investimentos

e da governança dos RPPSs. Estabelecer um canal de Informação & Comunicação com o público alvo e receber sugestões, indicações, comentários e críticas. Promover a evolução do trabalho através da interação e do contexto específico de mercado. Manter a continuidade e a coesão dos artigos para oferecer uma capacitação acumulada aos interessados. Assim, como envolver gestores de investimentos de RPPS espalhados pelo País através de suas próprias iniciativas ou por meio de convite.

No último artigo, sugeriu-se que as dúvidas ou incertezas de mercado representam um indicativo fundamental para o gerenciamento de riscos. Nesse sentido, uma das tarefas principais dos gestores compreenderia o questionamento a partir destas dúvidas, porém, questionar quem e o que exatamente? Os analistas e, até mesmo os próprios gestores e profissionais do mercado financeiro e de capitais, divergem e apresentam distintas perspectivas de mercado muitas vezes, o que

cria uma diversidade de alternativas que testarão continuamente o foco e a estratégia de aplicações. O seu RPPS possui uma estratégia de investimento consistente e bem definida? Reflita. Com isso, certamente, não se deve descuidar de um aspecto gerencial relevante: o time que atuará no processo de gestão dos investimentos, o qual construirá a consistência gerencial deste processo, oferecendo os fundamentos a serem utilizados para a tomada de decisões, que podem servir para rever as posições formadas em determinados períodos de tempo ou manter a estratégia estabelecida, bem como responder a todos os questionamentos pertinentes ao assunto. Como são tomadas as decisões de investimentos no seu RPPS? Quais são os agentes envolvidos? Nem sempre será possível entregar o melhor resultado e por vezes será visto uma performance negativa, inclusive através da renda fixa, como é o caso dos títulos de renda fixa com prazos alongados e referenciados

em IMA ou IDKA neste ano. Contudo, como é conhecido no mercado, “pior que ganhar pouco ou não ganhar nada, é perder”. Tal circunstância é a situação enfrentada por muitos RPPSs no atual momento, dadas as suas possibilidades e características de aplicação, com rentabilidade negativa de cerca de -15% em IMA-B5+ e -9% em IMA-B. Agora, o que fazer? A quem recorrer? Quais são as questões fundamentais neste momento?

“O medo de perder fará com que você perca ainda mais”, esta é mais uma das frases bastante escutadas no mercado financeiro e de capitais e pode servir para interessantes reflexões. Há poucos meses, mais precisamente início do ano, a partir de algumas observações, foi visto que alguns RPPSs optaram por não movimentar os recursos aplicados em IMA-B e IRF-M com componentes de longo prazo, que tem o juro como um dos principais fatores de risco, embora já tivessem recebido alguns alertas sobre os prováveis riscos macroeconômicos iminentes. Desde lá, o mercado “arrasta-se” da mesma forma. Num contexto de informações cruzadas e distintas, a partir do seu processo de investimentos ainda em desenvolvimento, preferiram não realizar qualquer movimentação, talvez medo de ser diferente dos demais, que ainda permaneciam com as suas posições. Entretanto, “se você quer ter resultados melhores do que a maioria, faça as coisas de forma diferente”, (John Templeton), pois o resultado não é, representativamente, uma questão de sorte, mas de competência, metas e objetivos. Os ajustes são necessidades correntes e naturais, porém podem transformar-se em um

enorme problema quando negligenciados. Então, depois deste amargo resultado no ano e de quase -4% em alguns investimentos de renda fixa no mês de agosto, o que fazer mesmo? Mudar ou manter? E mais, quais foram as causas para este desempenho ruim? Elas poderão se repetir? Depois desse resultado desfavorável, qual é a tendência para os investimentos em questão? Quais os riscos envolvidos? Os riscos estão relacionados somente à economia interna? Como é possível se proteger contra estes riscos? Qual é o tipo de risco que se quer ter? Quais seus limites?

Estas e outras questões serão discutidas nas próximas edições

Questione-se. Não são as respostas que reduzirão os riscos, mas sim as dúvidas.

da Revista RPPS do Brasil. Até lá, aproveite para contribuir com o processo gerencial do seu RPPS, converse com os órgãos responsáveis da sua unidade gestora, os especialistas contratados ou as instâncias associadas. Questione-se. Não são as respostas que reduzirão os riscos, mas sim as dúvidas. Os mercados estão carregados de bastante volatilidade. Argumentar que as perspectivas são favoráveis para o longo prazo não ajudará muito, pois como pensaria Jim Rogers, não entre na onda de que no longo prazo sempre ganharemos,

existem longos períodos em que as aplicações não rendem nada e outros investimentos vão melhor. Atenção, a recuperação parcial de perdas acumuladas durante o ano em determinados períodos não representa uma tendência consistente e bem definida de alta, as incertezas são muitas e os riscos elevados. Por conseguinte, é preciso analisar e acompanhar sistematicamente o mercado de investimentos dos RPPSs, Resolução CMN 3.922, de novembro de 2010, além de manter um processo de gestão dos recursos qualificado e diligente diante das circunstâncias econômicas. O patamar de juros da economia, atualmente, não permite o alcance da meta atuarial de forma tranquila por parte dos INVESTIDORES INSTITUCIONAIS, porém realça uma necessidade de reflexão e formação de estratégias consistentes.

Caros gestores, dirigentes, conselheiros e interessados em geral, concluímos mais um artigo deste conjunto de publicações da Revista RPPS do Brasil, o qual pode ser adotado como mais um mecanismo de gestão dentro do seu RPPS. Para enriquecer este novo projeto, é possível que qualquer interessado envie sugestões, indicações, comentários e críticas para o E-Mail de Lucimar Antonio: econ.luantero@gmail.com. Um dos princípios definidos para as publicações é a continuidade, isto é, a coesão do trabalho ao longo do tempo. Por isso, acompanhe as edições da Revista RPPS do Brasil e mantenha-se atualizado, bem como desenvolva juntamente com o resto do Brasil, competências e habilidades que serão construídas em conjunto com outros profissionais através deste espaço. Até a próxima!

* Economista do Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares, delegado do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, professor universitário de Finanças na faculdade Pitágoras e sócio da consultoria Mensurar Investimentos. www.mensurarinvestimentos.com.br



Foto: Reprodução

Conheça seu portfólio

Vivemos na era da informação não por acaso. A informação hoje em dia é algo abundante e está ao alcance de nossas mãos. Várias instituições financeiras colocam à disposição de seus clientes conference call, análises e relatórios elaborados por seus economistas para auxiliar os RPPSs a compreender, de forma crítica, o cenário adverso ao qual temos presenciado para os investimentos neste ano.

Acompanha-se, diariamente, a evolução dos benchmarks, principalmente o do IMA-B, o qual ocupa lugar de destaque, e às vezes até exagerado, na carteira daqueles RPPSs que ainda não começaram um necessário processo de diversificação. A volatilidade se tornou constante em nosso dia-a-dia: palavras antagônicas numa mesma frase, que refletem bem um primeiro semestre que

merece ser esquecido, ao menos para os investimentos.

A maior desvalorização dos títulos públicos, desde a crise da marcação a mercado em 2002, o Ibovespa atingindo, em alguns momentos, neste primeiro semestre seu menor nível desde 2008 e o fim do modelo de crescimento baseado em consumo interno deixaram os RPPSs órfãos de um “kit investimento”, que nos ajude a atingir a meta atuarial.

Contudo, mesmo diante de tanta informação, conversando com vários gestores de RPPS das mais diversas cidades e Estados, deparo com a seguinte situação: grande parte não sabe sequer dizer quanto foi a rentabilidade de seu portfólio em comparação com a meta atuarial. Outra parte, quando diz saber, utiliza metodologias “heterodoxas” e “criativas”, que sequer existem na literatura específica.

Tudo isso acontece no vácuo da

ausência de uma definição, por parte do Ministério da Previdência Social, que defina a metodologia a ser utilizada. Devemos levar em conta o impacto das aplicações, resgates e realocações no desempenho dos investimentos? Ou ignorar aquilo que acontece na prática? Existe uma diferença entre a rentabilidade do investimento e a rentabilidade da carteira?

Diante disso, de que vale tanta informação, saber de cor a rentabilidade de determinado benchmark, se isso não pode ser comparado com uma informação que é básica: o desempenho da sua carteira de investimentos?

Existe um grande desafio que foi colocado para nós gestores de recursos públicos. O cidadão foi às ruas pedir mais eficiência no trato do dinheiro público. Precisamos, cada um dentro da sua esfera de atuação, dar uma resposta.

* Jornalista, doutorado e pós.doc em Ciências da Comunicação pela USP, docente da PUC-SP desde 2001 no mestrado em Gerontologia e coordenadora do curso de Especialização em Gerontologia (campus Ipiranga da PUC). É editora de conteúdos do Portal do Envelhecimento, programa da Ong Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (OLHE), da qual é membro fundador. Site: www.portaldoenvelhecimento.org.br. E-mail: beltrina@pucsp.br e beltriolhe@gmail.com



O que os RPPSs têm a ver com a longevidade?

“O envelhecimento, não só do outro, mas de todos nós que o experimentaremos um dia, deve ser tema central de discussão para o sistema de previdência social brasileiro”.

Beltrina Côrte

O envelhecimento é definido como um triunfo do desenvolvimento em que o aumento da expectativa de vida é uma das maiores conquistas da humanidade. Ao mesmo tempo, apresenta imensos desafios, na medida em que exige abordagens completamente novas nas áreas do atendimento à saúde, aposentadoria, arranjos para a vida diária e relações intergeracionais.

O salto quantitativo dessa população idosa constitui um desafio para o governo, impondo mudanças inadiáveis no cenário geral do país. Setores como o da saúde, educação, do trabalho e previdência social em particular, merecem políticas específicas, que deem conta dessa nova demanda que cada vez mais se torna maioria. Diante destas perspectivas, urge pensar em mudanças estruturais, sociais e políticas para minimizar os impactos desse envelhecimento populacional. Uma das mudanças, a mais urgente e esperada, diz respeito à previdência.

Cabe a ela garantir renda conforme regras de idade, tempo de serviço e condição de saúde às pessoas que estão vivendo mais. Ocorre que o número de contribuintes para a Previdência Social não deve crescer no mesmo ritmo que a concessão de

aposentadorias, no que se refere às relações de trabalho regidas pela CLT, e mais grave quanto aos servidores públicos. Com o envelhecimento populacional, o número de contribuintes custeadores dos benefícios tende a diminuir em relação aos usuários (que muitas vezes não mais contribuem), além do fato daqueles que adquirem benefícios usufruírem destes por muito mais tempo, ficarem mais tempo doentes, trabalharem mais...

Alguns países veem adotando políticas de austeridade extremamente rigorosas: redução de salários e de pensões, aumento da idade para aposentadoria, eliminação de benefícios trabalhistas, entre outros. Medidas que acabam deprimindo ainda mais a economia, aumentando o desemprego e a insatisfação popular. Medidas ineficazes em relação ao sentido da nossa longa existência como escreveu Gustav Jung (1875-1961): Um ser humano não viveria até os 70 ou 80 anos de idade, se essa longevidade não tivesse sentido para a espécie. O entardecer da vida deve possuir um significado especial e não pode ser considerado um mero apêndice lamentável do amanhecer da existência”.

O filósofo alemão, Frank Schirrmacher, em entrevista à Revista Veja, em 2004, já dizia o seguinte: “Em

99,9% da história da humanidade as pessoas nunca viveram mais que 30 ou 35 anos. A experiência de ficar velho, de viver 60 anos ou mais, é muito nova. Nossa sociedade foi construída com base na expectativa de vida do século XIX. Nossas instituições, empresas e o sistema de previdência, como conhecemos hoje, vêm de uma época em que apenas 3% das pessoas ultrapassavam a barreira dos 65 anos. É como uma roupa que ficou muito curta”. De lá para cá não mudou muita coisa, apenas que continua crescendo em um ritmo acelerado o número de pessoas acima de 60 anos no país.

Como lidar com este envelhecimento da população? Que desafios se apresentam para os regimes próprios de previdência social? Como garantir recursos a fim de assegurar qualidade de vida ante uma sobrevida cada vez maior? De que forma e meios as pessoas (eu e você que lê este artigo) podem viver dignamente? Estamos nos preparando para isso? O que fazer com mais de 23,5 milhões de brasileiros acima de 60 anos? Certamente muitos dos que leem este artigo viverão até seus 80, 90, e até mesmo 100 anos. O que farão até lá? São questões que todos devemos indagar e tentar solucionar, porque afeta a todos nós, a não ser que morramos antes dos 60 anos!

* Advogado, Mestre em Gestão Pública (UFPE), Coordenador do curso de Administração Pública da Faculdade ASCES, Presidente do CaruaruPrev e diretor da Associação Pernambucana de Entidades de Previdência Pública – APEPP.



Foto: Jackson Carvalho

Foto: Reprodução

A voz das ruas e a previdência: a vez dos conselhos!

No último mês de junho, o Brasil inteiro foi sacudido de norte a sul por diversas manifestações. Os atos públicos que exigiam mudanças não eram, como rezava um dos slogans mais repetidos, apenas por centavos. O que se reivindicava era, fundamentalmente, uma nova forma de se governar, não obstante a tentativa (sem sucesso, diga-se) de alguns em transformar os atos em um evento de caráter anárquico/carnavalesco e de outros buscarem aproveitamento político-eleitoral. Nem mesmo a falta de lideranças e de uma pauta de reivindicações, impediram que a mensagem fosse enviada, de forma clara: a sociedade, que por muito tempo foi apenas destinatária das políticas escolhidas pelos governantes, quer participar, opinar, escolher suas prioridades.

Desde sempre, a participação direta da sociedade nas decisões políticas é tolhida. De um lado, porque não interessa àqueles que detém o poder político, a caneta e interesses contrários, embora nem sempre explícitos, à população. Por outro lado, alguns governantes, mesmo que bem intencionados e de

conduta ética, sentem-se contagiados por uma espécie de onisciência: não precisam perguntar ao povo o que o povo quer, já que eles sabem de todas essas necessidades. Tanto um quanto outro, têm uma crença inabalável na incapacidade do povo para comandar seus próprios destinos e fazer escolhas que impactam diretamente nas suas vidas.

Dito isso, cabe-nos perguntar: qual a mensagem que a voz das ruas manda a nós, gestores de entidades previdenciárias? Entendo que nesse momento de mudança na cultura política a previdência também tem o dever de se reinventar, principalmente através de políticas de controle social e transparência.

Há muito, e com apoio das entidades previdenciárias, buscamos sensibilizar os gestores para a importância de se estabelecer um controle social efetivo, através do empoderamento dos conselhos municipais de previdência. Esse empoderamento não se dá apenas com a mera instituição do Conselho por Lei, mas pelo efetivo funcionamento e independência destes. Some-se a isso as políticas de capacitação dos conselheiros, seja pela participação

em eventos previdenciários, seja pelo compartilhamento de bibliografia, seja pelo incentivo, a obtenção de certificações, a exemplo do CPA-10. Um conselho independente e preparado, longe de ser um empecilho à gestão, é um forte aliado no fortalecimento do RPPS, tomando atitudes que muitas vezes um gestor meramente comissionado não teria autonomia para se posicionar.

Outra questão fundamental que encontra eco nos temas trazidos às ruas é a transparência. É chegada a hora de quebrarmos a cultura do segredo na administração pública. Se é público, não é secreto. Logo, deve ser dado conhecimento a todos, não apenas aos conselheiros, não apenas aos técnicos do TCE/MPS, mas aos servidores e a toda sociedade que financia a sua previdência. Divulgar dados nos portais da transparência, aprender usar as redes sociais como ferramentas de divulgação das atividades e dos dados dos RPPSs, compartilhar experiências exitosas e abrir fóruns públicos de discussão, como as Conferências Municipais, é um bom caminho a ser trilhado rumo a uma previdência forte, viável, justa e, acima de tudo, democrática.

A busca de um nível de equilíbrio mais baixo para a Selic

Foto: Reprodução

A redução expressiva da taxa básica de juros – Selic – nos primeiros anos da administração Dilma foi, sem dúvidas, um grande feito do Governo. Juros baixos tendem a aumentar o produto interno, fomentar os investimentos, evitar distorções na taxa de câmbio, contribuir para a rolagem menos custosa da dívida pública, enfim, trazem benefícios para o país no curto e longo prazos. Por outro lado, devemos sempre lembrar que a política monetária é cíclica e sujeita a exageros, que precisam ser corrigidos quando necessário. A situação brasileira atual, inclusive, serve para ilustrar essa necessidade de prontamente adequar o nível dos juros à conjuntura econômica, sempre tendo a situação estrutural da economia como pano de fundo.

Depois de cair para a mínima histórica de 7,25%, a Selic está passando por um processo de ajuste para conter a pressão inflacionária gerada pelos estímulos monetários excessivos. Neste contexto, entendemos que, depois de grande convergência das taxas de juros nominais e reais para níveis mais “civilizados”, o importante agora é que o país corrija a pressão inflacionária conjuntural e continue endereçando alguns problemas de caráter mais estrutural que ainda impedem que os juros básicos por aqui sejam baixos e menos voláteis assim como os de pares internacionais como México ou Chile, por exemplo. Entre os principais problemas estruturais, citamos:

1 Indexação da economia: em 1994, o Plano Real marcou o fim da superinflação, mas não conseguiu eliminar totalmente a indexação dos preços. Esperamos que haja evolução nessa agenda nos próximos anos. Ainda há muito trabalho a ser feito, como alterar as regras de reajuste dos contratos de aluguel e tarifas de concessionárias, além dos gatilhos salariais, por exemplo;

2 Redução da credibilidade do BC: a credibilidade do BC tem sido questionada. Em nosso entendimento, a autoridade monetária precisa, o quanto antes, reforçar seu compromisso irrestrito com o combate à inflação;

3 Falta de coordenação das políticas aplicadas pelo BC e Governo Federal: infelizmente, o Governo não vem mostrando sinais de que a política fiscal expansionista será revertida no curto prazo. A política fiscal frouxa torna mais árdua a tarefa do BC de controlar a inflação. O melhor cenário seria o Governo entender que o modelo de crescimento via expansão fiscal está esgotado e não somente representa riscos para a inflação como também para a solvência do país em prazos mais longos;

A verdade é que nos últimos anos, apesar da indexação da economia, redução da credibilidade do BC, distorções no IPCA e uma política fiscal expansionista, os juros básicos caíram muito fortemente no Brasil sem que a inflação saísse totalmente do controle. Apesar dos problemas estruturais que ainda existem, os juros puderam cair de forma expressiva por conta do cenário externo desinflacionário e porque outros problemas estruturais foram sanados desde a estabilização da economia. Trata-se de um trabalho contínuo que precisa estar na pauta de prioridades do país.

Olhando para frente, o desafio de manter os juros nominais e reais baixos será grande, mas pode ser vencido. O Governo precisa continuar evoluindo na busca por soluções para os três problemas que citamos acima, entre outros tópicos, como a Reforma Tributária, por exemplo. Passado o ajuste conjuntural na Selic, que está ocorrendo atualmente, acreditamos que a taxa poderá alcançar patamares mais baixos nos próximos anos, consolidando a convergência dos juros reais para níveis compatíveis com a realidade internacional.

* Mestre em Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE. Professor Colaborador da ENCE/IBGE. Graduado em Ciências Atuariais pela UFRJ. Atuário MIBA nº 1.116. Pós-graduado em Marketing pela ESPM/RJ. Perito Atuarial Oficial nº 3.597, nas áreas de Previdência, Capitalização e Planos de Saúde. Possui especialização em Gestão Atuarial, Previdência Pública, Privada e Planejamento Estratégico. Consultor na área de Previdência Pública (RPPS) e Privada (Fundos de Pensão).



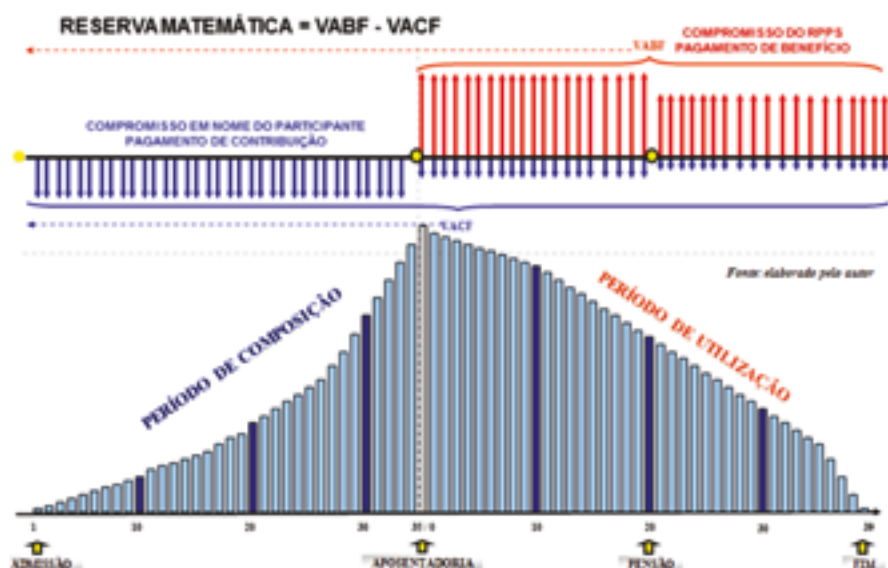
Tábuas do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPSs

Ilustração 1 – Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Tendo em vista as características de um Regime Próprio de Previdência Social, percebe-se que para o seu perfeito funcionamento, o cálculo atuarial é ferramenta imprescindível, pois através do mesmo é que são determinados os compromissos/responsabilidades atuais e futuras do sistema, bem como o montante de recursos a serem capitalizados ao longo dos anos, de forma a perenizar o dito EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL ou simplesmente EFA, exemplificado na Ilustração 1 ao lado.

Como o custo de um sistema previdenciário está intrinsecamente relacionado com a expectativa de sobrevivência de cada um de seus segurados e beneficiários, existe a necessidade de uma avaliação acerca da correta tábua de mortalidade a ser adotada pelo sistema previdenciário em questão.

Sintetiza-se então a tábua de mortalidade como um instrumento teórico que permite medir as probabilidades de sobreviver ou morrer em determinado período, para uma população exposta a este risco, em função da idade. Essa ferramenta fornece a mais completa descrição estatística da mortalidade de um determinado grupo de indivíduos e sua técnica é amplamente utilizada por demógrafos, atuários e estatísticos ao redor do mundo, despertando também interesse nos inúmeros profissionais que trabalham com políticas públicas, notadamente aquelas ligadas à saúde, previdência social, serviço social e



planejamento estratégico.

Se as tábuas utilizadas são defasadas ou não, ajustadas às verdadeiras características biométricas da população em questão, as mesmas produzem vieses na avaliação atuarial, que resultarão em desequilíbrios futuros para o sistema previdenciário. Parte das vezes, esses problemas são de difícil solução, podendo no limite, prejudicar o bom andamento da máquina governamental em função dos seus recursos ficarem cada vez mais comprometidos com o pagamento das aposentadorias e pensões.

O déficit atuarial dos RPPSs amplamente divulgado nos informativos do Ministério da Previdência Social de mais de 3,5 trilhões de reais, principalmente com relação à União e aos grandes regimes dos Estados e Capitais, é apenas a “ponta do iceberg” desse passivo, visto que seu cálculo atuarial é

realizado tomando-se como insumo a tábua de mortalidade construída pelo IBGE, que retrata a longevidade média do brasileiro em geral para aquele ano específico.

Apesar da Portaria MPS nº 403/2008 trazer um grande avanço para os cálculos atuariais dos RPPSs com a utilização de uma experiência genuinamente nacional, precisamos continuar avançando no sentido da construção de tábuas específicas para RPPS.

Acredito que esse déficit atuarial divulgado esteja subestimado, apenas no que compete ao parâmetro Tábua de Mortalidade, em 20% a 30%, por alguns motivos que cito em minha tese de mestrado, dentre os quais:

- O servidor público vinculado ao RPPS vive mais que a média do brasileiro como um todo, por conta de seu nível sócio econômico cultural e por conta de

sua estabilidade profissional inerente ao cargo público;

- A tábua de mortalidade IBGE utilizada é unidimensional, ou seja, não incorpora a evolução da sobrevivência dos indivíduos ao longo dos anos. Se o cálculo atuarial é realizado para o exercício vigente, em suas projeções de receitas e despesas atuais e futuras, a sobrevivência ao longo dos anos será constante para todos os participantes em todos os anos da projeção;
- Os diferenciais regionais de sobrevivência não são contemplados, fazendo com que todos os servidores,

em média, vivam até determinada data, independente da localidade de residência.

Pesquisas realizadas apontam especificidades com relação à mortalidade de determinados grupos populacionais dentro de uma mesma sociedade. Esses mesmos estudos mostram que o nível e a estrutura da mortalidade variam de população para população e, mesmo numa população específica, variam no tempo, apresentando diferenciais com relação à mortalidade de homens e mulheres, com relação à mortalidade em função

do nível de escolaridade e mesmo renda.

A Tabela 1 e a Tabela 2 apresentam, respectivamente, a evolução da Expectativa de Vida no Brasil de 1980 até 2010 com base nos dados censitários e os diferenciais de sobrevivência para as 5 Grandes Regiões do país e Brasil no ano de 2010. A partir da análise das mesmas, percebemos que realmente as pessoas estão vivendo mais ao longo das décadas e em grande parte com melhor qualidade de vida e que indivíduos que residem no sul e sudeste vivem em média mais que o restante do país.

Tabela 1 – Evolução da Expectativa de Vida ao nascer (e0) e idades específicas

EXPECTATIVA DE VIDA	1980 - 1991	1991 - 2000	2000 - 2010
e0	7,02%	5,26%	4,74%
e40	8,29%	5,45%	4,44%
e50	10,42%	6,68%	4,32%
e60	14,53%	8,39%	3,77%
e70	21,57%	12,73%	1,34%

Fonte: calculadas pelo autor a partir das tábuas de mortalidade IBGE 1980, 1991, 2000 e 2010–Brasil - ambos os sexos.

Tabela 2 – Diferenciais Regionais da Expectativa de Vida ao nascer (e0) e idades específicas para 2010

EXPECTATIVA DE VIDA 2010	LOCALIDADE					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL	BRASIL
e0	70,76	71,20	73,64	75,40	75,84	73,76
e40	35,87	36,27	37,62	38,35	38,64	37,64
e50	27,41	27,89	28,91	29,58	29,78	28,98
e60	19,73	20,23	20,91	21,59	21,61	21,06
e70	13,08	13,50	13,92	14,52	14,45	14,09

Fonte: tábuas de mortalidade IBGE 2010 - ambos os sexos.

Com a construção de tábuas de mortalidade que efetivamente espelhem as características biométricas da população em risco, os Regimes Próprios de Previdência Social poderão estimar com maior precisão os valores de suas Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder e assim traçar um planejamento estratégico com intuito

de perenizar o tão almejado Equilíbrio Financeiro e Atuarial, ainda que o mesmo dependa também de uma série de outros fatores inerentes ao sistema previdenciário.

Os RPPSs brasileiros carecem de experiências próprias com relação ao estudo da mortalidade de seus servidores. Até o presente momento, pouquíssimos trabalhos foram

realizados com base neste tipo de informação, o que deixa uma lacuna que necessita ser preenchida. Como a longevidade dos indivíduos, tem se mostrado dinâmica e crescente ao longo do tempo, as tábuas de mortalidade necessitam estar sempre atualizadas, para que esses sistemas públicos de previdência possam ter o seu equilíbrio garantido.

Ainda que as taxas de juros e a taxa de crescimento de salários/benefícios tenham um peso maior no cômputo do passivo atuarial.

Onde e0 = expectativa de vida ao nascer, e40 = expectativa de vida aos 40 anos e assim sucessivamente.

* Bruno Sá Freire Martins, servidor público, advogado, professor de pós-graduação no ICAP, no INFOC e na UFMT, membro do Comitê Técnico da Revista Síntese Administração de Pessoal e Previdência do Agente Público do Grupo IOB, autor dos livros Direito Constitucional Previdenciário do Servidor Público e A Pensão por Morte da editora LTR e de vários artigos na área de Direito Previdenciário e de Direito Administrativo.



Foto: Reprodução



Os militares têm direito ao abono de permanência?

O Abono de Permanência se constitui em gratificação financeira criada por intermédio da Emenda Constitucional n.º 41/03 com o objetivo de substituir a isenção da contribuição previdenciária até então existente, tendo sido criado com o intuito de incentivar o servidor a continuar em atividade sem que os cofres previdenciários sofram prejuízos financeiros.

Daí seu valor corresponder ao valor pago pelo servidor a título de contribuição previdenciária e sua duração se estender até o momento de sua aposentadoria ou a data em que este complete 70 (setenta) anos de idade.

Sua instituição se deu pela introdução do § 19, no artigo 40, bem como pelas previsões contidas nos artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional n.º 41/03 e posterior regulação na Lei federal n.º 10.887/04 e nas Orientações Normativas editadas pelo Ministério da Previdência Social.

Ocorre que no âmbito do direito administrativo brasileiro os chamados agentes públicos, ou seja, aquelas pessoas que prestam serviços públicos atuando em nome da Administração Pública, subdividem-se em vários grupos, sendo que uma das principais divisões existentes consiste na dicotomia entre servidores civis e militares.

Dentre os servidores públicos, a Constituição Federal separa os militares na seção III, do Capítulo VII, que trata

da Administração Pública. Por seu artigo 42, são servidores militares os integrantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Seus direitos e deveres estão previstos em regulamento próprio que não pode deixar de observar as normas constitucionais, aplicando-se, ainda, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 40, § 9º, e do art. 142, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal.

Essa distinção enseja a existência de regramentos próprios, não só no âmbito da previdência, mas também em vários outros aspectos relacionados aos direitos e deveres dos militares, cuja regulamentação segue, basicamente, o disposto no já citado artigo 142, em âmbito federal, extensível aos Estados, por força do contido no artigo 42, da Carta Maior.

Os militares dentro da organização do Estado, voltados para a defesa da nação, na esfera federal, e para a preservação da ordem e da segurança pública, na órbita estadual, sempre contaram com tratamento diferenciado quanto aos critérios de aposentadoria e nas concessões de pensão. Primeiramente, porque em âmbito militar não se fala em aposentadoria, mas sim em transferência para a inatividade, cabendo a legislação própria a definição dos critérios para sua ocorrência.

Essa diferenciação permite, ainda, a invocação de

argumentos no sentido de que as normas relativas ao Regime Próprio que regulam os servidores civis não alcançam os militares, ensejando inclusive a propositura de diversas ações declaratórias de inconstitucionalidade questionando a incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos recebidos pelos militares reformados, as alíquotas exigidas dos ativos, a existência de obrigatoriedade de inserção dos militares na unidade gestora única, dentre outros aspectos.

Por outro lado, o Abono de Permanência foi introduzido no sistema previdenciário brasileiro com aplicação expressa para os servidores civis, sem qualquer extensão aos militares, fato este que ensejou, inicialmente, o entendimento de que a benesse não se aplicaria a eles.

Tanto que, por ocasião da reforma constitucional de 2003, afirmou-se que os militares continuarão a ter regime próprio definido em lei. A eles continua mantido o sistema de paridade e de pensão integral, sem qualquer redutor. Essa é a conclusão da revogação do inciso IX do artigo 142 da Constituição, que mandava aplicar os §§ 7º e 8º do artigo 40 da Lei Maior.

Levando, inclusive, a Procuradoria Geral do Estado de Alagoas a editar, em 2012, súmula administrativa sob o n.º 16 no sentido de que não cabe abono de permanência para os militares dos Estados por falta de previsão constitucional específica.

Contudo, existem entendimentos jurisprudenciais no sentido de que a ausência de vedação constitucional para a

concessão do Abono de Permanência aos militares autoriza sua instituição por Lei em favor destes, nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ABONO DE PERMANÊNCIA. SERVIDOR ESTADUAL MILITAR. OMISSÃO AO ARTIGO 42, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A Constituição Federal não veda expressamente a concessão de abono de permanência a servidor público militar que, reunindo as condições para ingresso na reserva remunerada, opta em permanecer em atividade. (TJMA. CCR. EDCL nº 030184/2012. Rel. Des. Stélio Muniz. DJ 31/10/2012).

ABONODEPERMANÊNCIA. Policial militar na ativa, com mais de trinta anos de serviço. Cessação dos descontos previdenciários. Cabimento. Lei Complementar Estadual nº 943, de 23 de junho de 2003, editada com fundamento no artigo 3º, § 1º, da EC 20/98, não alterada, quanto ao abono de permanência, pela EC 41/2003. Aplicação aos servidores militares por força do artigo 13, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 1012, de 5 de junho de 2007. Segurança concedida. Recurso e reexame necessários não providos. (98538820118260053 SP 0009853-88.2011.8.26.0053, Relator: Edson Ferreira, Data de Julgamento: 06/06/2012, 12ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 21/06/2012).

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, sob o argumento de que há controvérsia acerca da possibilidade de concessão do Abono aos militares, constitui-se em matéria infraconstitucional. Afastou-se da apreciação do tema, nos termos da súmula 280 (AI 845645 AgR/MA), impedindo, assim, momentaneamente, a pacificação do tema.

¹ GUERRA, Sônia. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO E A GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS. Lumen Juris Editora, página 10.

² MARTINS, Bruno Sá Freire. DIREITO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO, editora LTr.

³ Martins, Sérgio Pinto. REFORMA PREVIDENCIÁRIA. Editora Atlas, página 120.

A SOLUÇÃO NA MEDIDA CERTA

CADA CLIENTE BUSCA UM PRODUTO
DIFERENCIADO, NA MEDIDA EXATA,
CONFORME SEUS OBJETIVOS.

Para atender esse objetivo, a NSG Capital possui uma equipe especializada na modelagem de produtos financeiros customizados. Com expertise, técnica e dedicação, soluções inovadoras são estruturadas para atender cada cliente com exclusividade.

contact@nsgcapital.com.br
Rio de Janeiro (21) 3797.1000
www.nsgcapital.com.br



A presente instituição adere ao
Código ANBIMA de Regulação e
Melhores Práticas para os Fundos
de Investimento.



**NSG
CAPITAL**

Onde os valores fazem a diferença

RPPS na mira!

Polícia Federal investiga desvios de recursos do RPPS no país.

Nos bastidores do mercado do RPPS já se ouvia dizer que alguns fundos estavam “podres”. E como a máxima de que “onde tem fumaça, tem fogo”, quase sempre se torna em fato, não foi uma surpresa o escândalo envolvendo empresas de investimento conhecidas no mercado, gestores, prefeitos, deputados e até funcionários do Ministério da Previdência.

Segundo informações da Polícia Federal - PF, a suposta quadrilha - que era comandada pelo doleiro Fayed Traboulsi e o policial civil aposentado Marcelo Toledo, sócios da Invista Investimentos Inteligentes - teria desviado R\$ 300 milhões dos RPPSs, em 18 meses, em todo o país. Com patrimônio total de 180 bilhões de reais, os fundos de pensão municipais e estaduais são alvo de fraudes que provocam uma sangria nos recursos destinados à aposentadoria de milhões de brasileiros.

O Ministério da Previdência, zelando pela boa gestão dos recursos, é municiado de uma Legislação extensa e severa, a qual, infelizmente é burlada por gestores. Além disso, o Ministério realiza auditorias constantes e já identificou irregularidades em Institutos de 165 prefeituras nos Estados - Tocantins, Roraima e Rio Grande do Norte, sendo que ainda estão sendo apurados os casos de indícios de crime dos de gestão não eficiente.

O rombo apontado na Operação Miquéias deve ser muito maior do que tem se mostrado. Até agora, segundo o inquérito policial, foram desviados mais de

R\$ 60 milhões, de 15 fundos de pensão municipais em seis Estados. Uma amostra pequena, se comparada ao universo de mais de 2 mil Municípios que contam com o RPPS, além dos 26 Estados e do Distrito Federal. “É o início do trabalho, estamos apenas mostrando a ponta do iceberg”, disse a delegada Andrea Pinho Albuquerque, responsável pelo comanda das investigações.

Criados com o objetivo de garantir a aposentadoria de cerca de 7 milhões de servidores, os RPPSs possuem uma fortuna investida, acredita-se que a metade deste montante, no mercado financeiro ou em ativos como imóveis. No entanto, em função da gestão desonesta, fraudadores estão adquirindo fortunas com os recursos dos servidores públicos.

Corroboram para a ineficiência da gestão dos Institutos, problemas como a falta de controle interno bem feito, a não capacitação dos gestores e a conivência de prefeitos, governadores e até a participação de deputados. “Em muitos casos, percebemos que as decisões de investimento foram tomadas à revelia do conselho gestor”, afirmou Otoni Gonçalves Guimarães, diretor dos Regimes de Previdência do Setor Público do Ministério da Previdência.

A lavagem de dinheiro e o desvio de recursos dos RPPS, segundo a Polícia Federal, aconteciam através da ação de um grupo de pessoas. Mulheres bonitas, algumas delas modelos, eram usadas como “pastinhas” e essas ofereciam às “vítimas”, em alguns casos, de 2% a 3% do percentual captado para o investimento. Entre as opções oferecidas aos RPPSs, segundo o inquérito

da PF, estavam o Fundo de Investimento Diferencial Renda Fixa Longo Prazo, Adinvest Top Fundo de Investimento Renda Fixa, Patriarca Private Equity FIP, Fundo de Investimento Renda Fixa Elo e Vitória Régia Fundo de Investimento de Renda Fixa Longo Prazo.

Leonardo Rolim. Foto: Revista RPPS do Brasil



A Revista RPPS do Brasil entrevistou o Secretário de Políticas de Previdência Social Leonardo Rolim Guimarães sobre a Operação Miquéias. Confira.

Diante da denúncia a cerca da “Operação Miquéias”, o que o Senhor tem a dizer?

A Operação Miquéias iniciou a partir de denúncia do Ministério da Previdência Social – MPS e se utilizou de várias auditorias do MPS para balizar suas investigações. A Polícia Federal fez um excelente trabalho e creio que isso será de grande valia para tornar a gestão financeira dos RPPSs melhor.

Nos bastidores do RPPS já se ouvia falar da existência de “fundos podres” e “esquemas de desvio de recursos dos Regimes Próprios”, isso era do conhecimento do Ministério da Previdência?

Sim, sempre que fazemos auditorias e identificamos indícios de irregularidades ou mesmo fraudes, comunicamos aos órgãos competentes para investigação ou punição, tais como a Polícia Federal, o Ministério Público, a CVM, os tribunais de contas e a CGU. Do início de 2011 até hoje foram feitas cerca de 180 comunicações nessa natureza.

O Ministério tem um balanço de como está a situação dos Institutos em relação a déficit, levando em conta que o volume desfalcado dos Regimes Próprios foi alto?

Em primeiro lugar, apesar de haver uma quantidade

razoável de recursos em fundos temerários e, infelizmente, não falo apenas desses que foram objeto da Operação Miquéias, proporcionalmente, isso representa um pequeno percentual do volume dos recursos dos RPPSs. Mais de 90% dos recursos dos regimes próprios está aplicada em fundos administrados por grandes bancos como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco, Itaú, HSBC, Santander, Bannrisul e BRB, onde não vemos problemas em nenhum de seus fundos de investimento. Em segundo lugar, a maior parte do problema do déficit dos RPPSs está ligado ao passado em que não houve capitalização. Os RPPSs estaduais, que são mais antigos, têm um déficit atuarial maior, estimado em R\$ 2,1 trilhões. Os municípios têm um déficit atuarial bem menor, embora também preocupante, de cerca de R\$ 350 bilhões. Equacionar esse déficit no curto e médio prazo é nosso maior desafio, visto que com a capitalização, no longo prazo, a grande maioria dos RPPS terá equilíbrio.

Oficialmente, pelo levantamento do Ministério da Previdência, quais são os Institutos que investiram em “fundos podres”?

É uma pergunta difícil de dar uma resposta porque eu teria que fazer uma afirmação de quais são os fundos podres para citar quem aplicou neles e é complicado fazer isso, pois posso estar dando atestado de que determinados fundos não elencados, não tem problema, quando temos fortes preocupações sobre alguns fundos, mas ainda não temos elementos suficientes para apresentarmos conclusões.

E a partir de agora, visando evitar futuros problemas nos RPPSs, do ponto de vista de investimentos, o Ministério irá tomar alguma previdência para evitar que esse esquema não aconteça novamente?

Estamos tomando diversas medidas há bastante tempo e sempre buscando aperfeiçoá-las. Temos discutido isso no CONAPREV e editado, após aprovação do Conselho, diversas portarias visando dar maior transparência nas aplicações, dar poder aos servidores, que são na verdade os donos desses recursos, melhorar a gestão e os controles e reduzir ao máximo as interferências políticas. Vamos continuar avançando nessa área para aumentar cada vez mais a governança e a credibilidade dos RPPSs.



Severino Otávio - prefeito de Bezerros, Heliomar - presidente ANEPREM, Leonardo Rolim do MPS e Daniel Elias do COFEPRES durante uma das palestras

ANEPREM

Associação realiza, com sucesso, o 13º Congresso Nacional de Previdência e VII Encontro Estadual da APEPP

Fortalecer a cultura da previdência social nos municípios brasileiros é o principal objetivo da ANEPREM – Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios. E para atingir tal objetivo, a ANEPREM não mede esforços e realizou o 13º Congresso Nacional de Previdência, juntamente ao VII Encontro Estadual APEPP, eventos estes que mobilizaram 600 congressistas do Brasil todo.

Além de propiciar o aprimoramento de conhecimentos visando a busca de melhores práticas de gestão dos RPPS, o evento visou também a confraternização entre os participantes e a troca de experiências, enriquecedoras.

A programação aconteceu no município de Ipojuca-PE, no Enotel Resort & SPA Porto de Galinhas. A mesa de abertura contou com a presença do presidente da ANEPREM, Heliomar Santos; do secretário executivo de pessoal e relações da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, Bruno Ferraz; de Roberta Simões, do Ministério da Previdência; do secretário de finanças de Ipojuca, Marcelo Barros; do secretário de políticas públicas da Previdência Social, Leonardo Rolim; do presidente da Confederação de Previdência da Argentina, Daniel Antônio; da presidente da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, Tatiana Nóbrega; da presidente da APEPP, Célia Emídio; do presidente do Instituto de Previdência de Ipojuca, José Rodrigues; do prefeito de Bezerros, Severino Otávio, do presidente da FUNDARPE, Severino Pessoa e do vice-presidente da ABIPEM, Hélio Carneiro.

Na ocasião, Heliomar Santos afirmou que a preocupação com o equilíbrio das contas públicas sempre foi constante em todas as esferas de governos; nacionais e sub-nacionais.

Especialmente em relação à Previdência, notadamente, “A partir dos anos 80, na América do Sul, com o processo de privatização previdenciária, atendendo exigências de credores internacionais”. No Brasil, tudo começou com a inclusão do capítulo da Seguridade Social que previu a criação do Regime Geral, o INSS, do Regime Próprio de Previdência Social -RPPS e da Previdência Complementar do servidor público, que é hoje uma realidade. Para ele, as regras estabelecidas pelas Reformas da Previdência diminuíram os desmandos de governos estaduais e municipais na concessão e atualização de benefícios previdenciários de servidores públicos, que se evidenciaram a partir da Constituição de 1988, até a regulamentação dos RPPS, em 1998. “Esperamos que os conhecimentos adquiridos nesse congresso agreguem valores e ajudem os RPPS a buscarem alternativas que possam contribuir para o aprimoramento da gestão, possibilitando diminuir os repasses necessários ao pagamento de benefícios previdenciários que têm onerado de forma significativa o Executivo, diminuindo sua capacidade de investimentos em outras políticas públicas demandadas pela sociedade”, ressaltou.

Representando o ministro da previdência, Garibaldi Alves Filho, Roberta Simões falou sobre a importância de eventos como os da ANEPREM e APEPP. “A previdência tem que ser pensada conjuntamente. É importante que os gestores e os servidores que executam política previdenciária se reúnam para debater, discutir, estudar e pensar soluções para os problemas da previdência”, declarou.

Leonardo Rolim destacou o crescimento da ANEPREM e o desafio que a Associação assumiu de construir soluções para a Previdência no Brasil. Ele ressaltou a evolução do



A entrega do Prêmio Boas Práticas de Gestão foi feita por Décio, Herickson e Ana Paula

modelo de capitalização, que em 2011 existia em 10 Estados brasileiros e hoje resta Pernambuco, o próximo a implantar a capitalização, e que ficará faltando apenas São Paulo e Goiás.

Trazendo para os brasileiros a experiência argentina no RPPS, Daniel Elias falou sobre os obstáculos encontrados no país vizinho em termos previdenciários e lembrou que existem novos direcionamentos à favor da seguridade social.” A Argentina busca respostas para uma previdência mais justa, mas não quer retroceder nos benefícios conseguidos. Sustentabilidade tem que ser para todos. Que haja jovens e mais velhos. Devemos trabalhar mais para dar mais



Ronato, Osório, Fábio Souza e Heliomar

proteção às novas famílias, que devem receber respostas da segurança social. Os sonhos são nossos e o futuro de nossos filhos começa a se tornar realidade pelo que nós fazemos ou deixamos de fazer”, destacou.

Na ocasião, o Ministério da Previdência- MPS e o Tribunal de Contas/PE assinaram Termo de Cooperação Técnica para troca de informações, visando intensificar a fiscalização da Gestão Previdenciária no Pernambuco. Assinaram o termo, representando o MPS, o diretor do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência do Serviço Público, Otoni Guimarães, o secretário de Políticas Públicas de Previdência Social, Leonardo Rolim e o Tribunal foi representado por sua presidente, a Conselheira Maria Teresa.

Na oportunidade, foi lançado o Curso de Extensão em Direito Previdenciário, o qual será ministrado pelo Instituto Latino-Americano de Direito Social-IDS, em parceria com a Universidade do Estado do RJ-UERJ e a ANEPREM, que tem como Coordenador Acadêmico o Professor Fábio Souza, Juiz Federal, que foi um dos palestrante no evento.

O evento serviu ainda para oficializar a posse da nova diretoria da APEPP – Associação Pernambucana de Entidades de Previdência Pública, que terá a responsabilidade de trabalhar pelo fortalecimento do regime próprio nos municípios de Pernambuco.



José, Célia e Osório, Teresa, Paula e Ana Paula formam a nova diretoria da APEPP

Numa abertura festiva, que teve apresentação do Balé Papanguarte, de Bezerros-PE, e da Folia do Papangú, o congresso foi marcado pela entrega do 4º Prêmio Boas Práticas de Gestão em RPPS que visa estimular os fundamentos de excelência e de inovação na gestão pública. Registramos, aqui, os municípios premiados que se destacaram na gestão previdenciária.

Categoria Grande Porte (acima de 5 mil segurados)

IPAMV – Vitória/ES – 1º lugar
INPAS – Petrópolis/RJ – 2º lugar
IPAMCAXIAS – Caxias do Sul/RS- 3º lugar

Categoria Médio Porte (de 2 a 5 mil segurados)

IPSEMC – Cabedelo/PB – 1º lugar
CABOPREV – Cabo de Santo Agostinho/PE – 2º lugar
FUNPREI – Ipojuca/PE – 4º lugar
BIRIGUIPREV – Birigui/SP – 5º lugar
IPC – Cariacica/ES – 6º lugar
IPREM – Mogi das Cruzes/SP 7º lugar

Categoria Pequeno Porte (até 2 mil segurados)

IPRECON- Concórdia/SC – 1º lugar
IPRERIO – Rio Negrinho/SC – 2º lugar
IBPREV – Brusque/SC – 3º lugar

RPPS na mão!

Informações, orientações e notícias do segmento de RPPS com comodidade. Receba a edição impressa em casa ou no trabalho, ou a nossa versão digital no seu celular ou tablet

Aproveite a promoção

Assine a RPPS impressa a R\$ 100,00
+ RPPS virtual a R\$ 50,00 = R\$ 150,00

ou

RPPS impressa a R\$ 110,00
RPPS virtual a R\$ 70,00

Available on the iPhone
App Store



64 – 3442 6963 / 8106 3838 / 8133 1707

contato@revistarppsdobrasil.com.br
anapaula@revistarppsdobrasil.com.br

www.revistarppsdobrasil.com.br



Gestão valorizada!

ANEPREM premia bons exemplos de administração do RPPS brasileiro

Todo ser humano gosta de se sentir valorizado, reconhecido. E visando evidenciar os exemplos em termos de boa governança, a ANEPREM criou o Prêmio de Boas Práticas de Gestão, que em 2013 foi entregue pela quarta vez consecutiva.

O Prêmio, que tem a Revista RPPS do Brasil como apoiador, leva em conta aspectos de gestão como transparência, equidade, ética e responsabilidade corporativa e social. E todos os RPPSs inscritos na competição precisam cumprir os requisitos. Não é um desafio fácil, mas o resultado vale a pena! O Prêmio é um estímulo importante.

Através dos Institutos IBPREV – Brusque/SC, IPSEMC – Cabedelo/PB, IPRECON – Concórdia/SC, INPAS – Petrópolis/RJ e IPRERIO – Rio Negrinho/SC, os quais evidenciamos nas próximas páginas, felicitamos os gestores pela dedicação e pelo sucesso na empreitada de administrar o futuro de muitas famílias.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
DE CABELO

IPSEMC

Um Instituto vencedor!

Texto e fotos: IPSEMC / Revista RPPS do Brasil

Visando garantir uma previdência saudável para os servidores municipais, objetivando assegurar o direito constitucional a uma aposentadoria integral, de forma a não comprometer as finanças públicas de Cabedelo, o então prefeito José Francisco Régis criou o sistema de previdência municipal.

Naquela ocasião, foi constituído um grupo de trabalho que, durante dois anos, estudou, pesquisou, realizou cursos, elaborou um anteprojeto de lei e promoveu discussões internas bem aprofundadas, o que ocasionou por várias vezes a re-elaboração do anteprojeto de lei, pois o processo de discussão assim o exigia. Destacam-se a participação da Secretaria de Administração e da Procuradoria Geral do Município que, de forma muito responsável, contribuíram significativamente para esse processo.

Como resultado deste desafiador esforço, em 23 de julho de 1993, é criado o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cabedelo (Ipsemc), pela LEI nº 687/93, a qual passou a vigorar em 28/07/93 - publicada no Diário Oficial do Estado - DOE. O tempo, o dia a dia, a Lei 9717/98 e a Emenda Constitucional nº 20/98 trouxeram a necessidade de adequação da legislação do Ipsemc, o que foi concretizado pela Lei nº 1000/2000 e, em 22/08/2008 foi atualizada e consolidada pela Lei 1.412/2008 e publicada no DOE.

Atualmente, o IPSEMC conta com 234 aposentados, 68 pensionistas e 1.776 servidores ativos beneficiários.

Em relação aos investimentos, segundo a gestora Léa Praxedes, a batalha tem sido árdua e cruel. "Estamos vivendo num mundo financeiro cheio de oscilações, volatilidades e tantos outros eventos que nos complicam quando se fala em meta atuarial. Estamos estudando, maturando e trabalhando sobre novas possibilidades de diversificar melhor a Carteira do IPSEMC objetivando atingir a meta atuarial muito alta, ou seja, IPCA + 6%. Ainda temos um perfil muito conservador, cuidadoso e responsável, pois lidamos com recursos de terceiros. No momento, a nossa carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa de Curto Prazo como estratégia de preservar o valor da carreira em virtude das incertezas que prevaleceu durante este exercício, e mesmo assim, nos últimos nove anos o nosso Patrimônio Líquido teve um crescimento da ordem de mais de um mil por cento", destacou.

O Instituto não pára de criar melhorias de gestão. Estão em ação o Planejamento Estratégico, criamos o Manual de Identidade Visual do IPSEMC, o Manual de Política de Segurança da Informação, que está em andamento e o Manual de Ações Sustentáveis, ou seja, a manualização de todos os procedimentos administrativos. Também desenvolvemos o Programa de Capacitação e Profissionalização dos servidores

Fátima, Cristiane, Wilma, Léa (gestora), Thomaz, Graça, Euzo, Angela, Italo, Guilhardo e Jackson, a turma de Cabedelo presente no Congresso da ANEPREM



PPA – Programa de Preparação para Aposentadoria. Na área social, em parceria com a Prefeitura de Cabedelo e outras organizações, desenvolvemos o Programa de Atividades Integrativas, que oferece: Educação Física, Hidroginástica, Escola de Alfabetização, Artes diversas, Grupo de Dança VIVATIVA, Postura, Encontros de Psicoterapia, palestras educativas, comemorações de datas importantes e tantas outras que têm servido para integrar, motivar, melhorando consideravelmente a qualidade de vida dos participantes.

Para a direção do Instituto, o Prêmio Boas Práticas de Gestão é a coroação de um trabalho exaustivo, cansativo e especial desenvolvido no IPSEMC, principalmente neste ano em que o Instituto completou 20 anos. “Nada poderia ser melhor do que este acontecimento. Nada! Foi um prêmio para mostrar que vale a pena a persistência, a coragem, a audácia, a resignação, as quais são as grandes companheiras que precisamos para levantar a cabeça e caminhar para a frente. Quando assumi a gestão do IPSEMC no Exercício de 2004, o sistema era praticamente inviável. Muitas vezes sai do expediente conversando comigo mesma: “quem vem para aqui é outra pessoa”. Porém, com fé em DEUS, com o conselho do meu grande e inesquecível pai João F. Praxedes, fui conseguindo garra, força, coragem, amor, dedicação, compromisso e responsabilidade a ponto de no outro dia dirigir-me ao batente lutando como um náufrago em busca de uma tábua de salvação. Hoje, depois de inúmeras batalhas vivenciadas e vencidas junto com minha amada equipe de trabalho, vejo a realização do versículo bíblico que diz no Sl. 30.5: “O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã”. Esse Prêmio foi uma das maiores promoções que já recebemos, já que temos lutado para que o IPSEMC percorra o caminho da excelência, pois entendemos que esse deve ser o objetivo da organização

pública: excelência para servir com eficácia. Agradecemos, neste momento, a DEUS, acima de tudo, a ANEPREM, nas pessoas do Heliomar Santos e Herickson Rangel e toda a equipe por terem lançado esse desafio visando a melhoria dos RPPSs do Brasil. Ao Prefeito José Maria pelo esforço no cumprimento de suas obrigações legais, ao Ministério da Previdência, ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PB. Enfim, faltam-nos palavras para expressar tudo que se passa dentro de nós em relação a esta premiação, uma vez que o IPSEMC se sente honrado com a conquista, visto que o Prêmio Boas Práticas de Gestão de RPPS a cada ano possui critérios de avaliação mais exigentes e os institutos, de modo geral, têm percebido a importância de adequar-se a padrões de excelência e qualidade, tornando a competição muito acirrada, exaustiva e estressante, mas que gera um resultado excepcional em termos de melhoria contínua da gestão previdenciária”, ressaltou ao afirmar que “acreditamos que seja a execução de uma gestão participativa, com foco nos clientes-usuários externos e internos, a busca constante pela capacitação, profissionalização objetivando tornarem-se polivalentes nas suas funções, todos opinam nas reuniões, pois investimos em brainstorming, a fim de que tenham a mesma linguagem; práticas de sustentabilidade tais quais: uso de papel reciclado, coleta seletiva de lixo, artes produzidas com material reciclável dentro das atividades integrativas; práticas de melhoria contínua em todos os procedimentos e a constante luta para laborarmos com eficiências dentro dos critérios de uma governança corporativa transparente, ética, equitativa e socialmente responsável para que os resultados sejam eficazes. Acreditamos estar no caminho certo até mesmo porque a coroação veio: 1º Lugar no Prêmio Boas Práticas de Gestão, eis o grande diferencial!”.

Herickson, Léa, Heliomar e o prefeito José Maria



Léa, uma gestora que busca eficiência





IBPREV

Brusque também tem um Instituto bem administrado

Texto e fotos: Assessoria IBPREV

Entre 1994 e 2004, Brusque teve Regime Próprio de Previdência, criado pela Lei Complementar Municipal nº. 20, de 17/12/1993, e extinto pela Lei Complementar Municipal nº. 109, de 17/12/2004. Em 2009, foram publicadas as leis do regime jurídico, estatuto do magistério e novo plano de cargos e salários. Esse novo cenário propiciou a recriação do RPPS através da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/2011, que também criou a Autarquia IBPREV e instituiu o plano de amortização do déficit atuarial.

Em 16/11/2011, o Prefeito Paulo Roberto Eccel nomeou a primeira Diretoria Executiva do IBPREV, constituída pelo Diretor-Presidente Alexandre Rafael Melquíades Elias e pelo Diretor Administrativo e Financeiro Edenílson José dos Santos. Em 20/12/2011, após o transcurso do prazo nonagesimal, passou a vigorar o RPPS. Em 17/01/2012, foram empossados os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e, em 29/02/2012, foi constituído o Comitê de Investimentos e empossados os seus membros.

O IBPREV é unidade da administração indireta municipal instituída na forma de autarquia e composta das seguintes instâncias de deliberação: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos.

Desde a recriação do Instituto, a menos de 2 anos, as reservas previdenciárias já somam mais de R\$ 14 milhões. A acumulação desse montante se deve não só ao controle sobre os benefícios concedidos e as despesas administrativas, mas, principalmente, ao acompanhamento constante dos

investimentos. Em 2012, a rentabilidade da carteira do IBPREV foi de 23,71%, portanto superior aquela alcançada pelos institutos da região e quase o dobro da meta atuarial de INPC+6%, que fechou o ano em 12,57%.

Em 2013, o cenário econômico mudou e o aumento da taxa selic prejudicou a rentabilidade dos fundos de renda fixa, principalmente dos fundos 100% títulos públicos federais, nos quais os regimes de previdência podem alocar maior parte dos seus recursos. Assim, o IBPREV já iniciou o ano transferindo recursos para fundos atrelados ao CDI e a títulos públicos de menor duração como o IRF-M1, além disso aumentou significativamente sua posição na renda variável, diversificando o risco entre diversos indicadores e segmentos de mercado e permitindo uma recuperação futura da rentabilidade. Como resultado, neste ano em que a maioria dos institutos apresenta rentabilidade negativa, o IBPREV fechou o mês de setembro com rentabilidade positiva acumulada no ano de 1.18%.

Para o atual Diretor-Presidente, Jairo Luiz Sens, a transparência e a seriedade com que os investimentos do IBPREV são tratados pelos conselheiros, comitê consultivo e diretoria dão a todos os servidores a certeza de que não só cumprimos as disposições legais aplicáveis como buscamos as melhores alternativas disponíveis no mercado.

Projetos IBPREV

Entre os Projetos nos quais o IBPREV participa, destacamos o “Selo Social” que é uma estratégia de municipalização dos



Uma das ações realizadas este ano, a homenagem aos aposentados.

“8 Jeitos de Mudar o Mundo”. Com o Selo Social, órgãos públicos, empresas e entidades sociais da cidade se integram e mobilizam suas organizações para realizar projetos voltados ao desenvolvimento local na área dos 8 Jeitos de Mudar o Mundo.

O Selo Social de Brusque é uma estratégia para estimular o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), através do reconhecimento de órgãos públicos, empresas e organizações não governamentais, as quais realizam investimentos internos e externos em prol da sociedade brusquense.

O Instituto Brusquense de Previdência- IBPREV busca criar um canal direto com os servidores- ativos e inativos - desde sua criação; assim vem desenvolvendo ao longo do ano programas voltados aos servidores como formações sobre o Instituto, além de acompanhamento nos processos de Auxílio - Doença e Aposentadorias. Para conhecer basta acessar: <http://www.selosocial.com/ibprev>

Reconhecimento

Na 4ª edição, o Prêmio Boas Práticas de Gestão de RPPS teve com objetivo estimular as unidades gestoras de RPPS a desenvolverem boas práticas de gestão que pudessem otimizar seu desempenho, recuperando e garantindo sua confiabilidade junto aos seus servidores, segurados, clientes, fornecedores e toda a sociedade.

Em 2012, em sua primeira participação, o Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV ficou com a 6ª colocação na categoria pequeno porte, já em 2013 assumiu o 3º lugar. “Este prêmio é o reconhecimento da dedicação e capacidade de todos os colaboradores do IBPREV, servidores e conselheiros, a quem o dedicamos, pois nosso trabalho é voltado para as pessoas, para o bem delas”, ressalta Jairo Luiz Sens, Diretor-Presidente.

Décio fazendo a entrega do prêmio para Jairo.

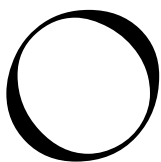


Os servidores contam com uma sede impecável

IPRECON

**IPRECON mais que um Instituto de Previdência,
excelência no serviço público!**

Texto e fotos: IPRECON / Revista RPPS do Brasil



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia/SC foi criado como Autarquia pela LC 164/1999. Ao longo dos anos, foi sendo estruturado, a partir de 2005 instituiu uma gestão transparente, participativa e mais próxima dos segurados, com investimento na formação previdenciária e priorizando o atendimento de qualidade e a agilidade nos serviços prestados.

Segundo a gestora financeira/presidente, Lucilene Dal PráLazzarotti - há 8 anos na função, servidora de carreira, graduada em Matemática, pós-graduada, com especialização na área previdenciária e certificação ANBIMA CPA 20 - o Comitê de Investimentos, constituído desde 2011, possui 80% de seus membros certificados, reúnem-se periodicamente e participam ativamente das decisões, bem como do acompanhamento do desempenho da carteira de investimentos.

O IPRECON passou também a desenvolver um trabalho sistemático de valorização e integração com os aposentados e pensionistas, com reuniões, passeios e palestras nas mais diferentes áreas de interesse do grupo, com destaque para

qualidade de vida e educação ambiental. Com a forma de gestão implementada, foi conquistando a confiança e a credibilidade dos beneficiários.

Com a missão de oferecer proteção previdenciária aos segurados, o objetivo de buscar a excelência em gestão de RPPS, o Instituto tem crescido. Atualmente, conta com 1.759 segurados, sendo 1.551 ativos, 162 aposentados e 46 pensionistas.

Com quadro de servidores bastante enxuto, com 06 funcionários: diretora-presidente, contadora, procuradora, um agente administrativo, uma servidora cedida pela prefeitura meio período e uma estagiária. "O IPRECON possui personalidade jurídica própria, independência administrativa, financeira e gestão independente, faz o planejamento anual de suas atividades e todas as atribuições são realizadas pelo próprio Instituto, tais como: folha de pagamento, licitações, contabilidade, perícias médicas, cadastramento, acompanhamento jurídico, gestão financeira entre outros", enfatiza a presidente ao afirmar que conta com o Conselho Administrativo e Fiscal, sempre presentes e muito atuantes.

Possui, atualmente, um Patrimônio Líquido -



PL de R\$ 66.590.249,27, sendo que em torno de 7% estão aplicados em Renda Variável, 5% em FIDC e 88% em Renda Fixa. A gestão financeira é própria. Todas as decisões são tomadas em conjunto com o Comitê de Investimentos e passam pela aprovação do Conselho Administrativo, tudo registrado em ata e publicado no Site do Instituto.

Em termos de gestão, o trabalho no IPRECON vai muito além de pagar o benefício em dia. Planejamento das atividades, divulgação das ações, comunicação através do site, informativo trimestral, cartilha previdenciária, palestras aos segurados, participação em ciclo de estudos, preparação para aposentadoria, educação ambiental e qualidade de vida para os aposentados e pensionistas. Avaliação periódica do trabalho, para redimensionar o planejamento, caso for necessário. Calendário

anual das reuniões dos Conselhos, definido coletivamente no planejamento. Repasse das contribuições pelo Ente, sempre dentro do mês de competência e aplicação imediata dos recursos financeiros. Também tem sido constante a preocupação com a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e em oferecer atendimento humanizado aos segurados.

Para Lucilene, participar do Prêmio de Boas Práticas de Gestão é a oportunidade de mostrar o trabalho e de avançar no processo de gestão, pois ele tem parâmetros bem definidos que servem como balizadores para o gestor. “Estamos satisfeitos com o resultado do nosso trabalho. Conquistar o 1º lugar no Prêmio, pelo terceiro ano consecutivo, é o indicativo de um trabalho contínuo, sistemático, bem formatado e uma prática consolidada”, comemora Lucilene.

Lucilene é uma gestora realizada com o trabalho desenvolvido pela equipe





IPRERIO

Rio Negrinho tem um Instituto campeão!

Texto e fotos: IPRERIO / Revista RPPS do Brasil

Criado inicialmente como Fundo – FAP em 01/11/1998, passando a Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio Negrinho/SC – IPRERIO em 01/04/2000 pela Lei nº 1259 de 31 de março de 2000, e hoje regida pela Lei nº 1757 de 22 de novembro de 2005, a qual reestruturou a Lei 1259/2000. Em fase final de construção da nova sede do IPRERIO, o Instituto passará a atender melhor os servidores e aposentados, oferecendo-lhes mais conforto e principalmente melhor acessibilidade, buscando o cumprimento da legislação aplicada aos Regimes Próprios de Previdência.

Rio Negrinho é um município de pequeno porte, porém muito próspero e conhecido como a cidade dos móveis. Atualmente, o município busca diversificar suas atividades, incentivando empresas de outros ramos e atividades. Segundo a gestora do Instituto, Zelia Slabiski, o município tem no seu quadro efetivo pouco mais de 1.200

funcionários, e que sempre honrou com os compromissos previdenciários. “Sempre tivemos liberdade e incentivo para desenvolver nossa gestão com maior lisura e transparência”, ressalta ao afirmar que o IPRERIO administra mais de R\$ 58 milhões de reais, sendo que suas aplicações estão em várias instituições financeiras, buscando sempre a melhor rentabilidade, liquidez e segurança. “Essa diversificação da carteira permite-nos mitigar os riscos de mercado. Obedecemos a Resolução 3922/2010 e executamos Uma Política de Investimento, através da qual fazemos as projeções para o exercício seguinte. Temos o Comitê de Investimento, que está sempre buscando se aperfeiçoar e conjuntamente buscando as melhores aplicações, com reuniões mensais para serem traçadas novas metas, e posterior análise e decisões do Conselho Administrativo”.

O IPRERIO, em sua gestão, prima pela excelência no atendimento aos servidores públicos, possuindo um horário flexível e

diferenciado, para que o servidor não precise se ausentar durante o seu horário de trabalho. Também, a cada 05 anos é realizado o senso, atualizando desta forma o cadastro do servidor bem como sua vida funcional. “Desta forma, quando solicitado pelo servidor, mostramos qual a melhor opção e tempo para sua aposentadoria”, salienta a gestora.

Recentemente foi criado o site do IPRERIO, para que o funcionário ou qualquer outra pessoa, possa através dele apresentar sugestões/críticas, para um melhor atendimento ao servidor. O site é diariamente alimentado com notícias do interesse do servidor. “Enfim, buscamos alcançar a excelência no atendimento, pois para nós o atender bem o nosso servidor é uma obrigação e uma missão de toda a equipe”, enfatiza Zélia.

E todos os cuidados adotados na gestão do IPRERIO vêm surtindo bons resultados. O Instituto foi premiado como um dos mais bem administrados do Brasil pela 4ª edição do Prêmio Boas Prática de Gestão da ANEPREM. “Esse prêmio é uma grande conquista, pois apesar de sermos um Instituto de pequeno porte, sempre primamos pela alta qualidade da gestão do Instituto, sempre nos preocupando em nos mantermos atualizados e principalmente incentivando nossos colaboradores

e diretores a participarem de cursos de capacitação e congressos. Esta conquista é fruto do esforço de todos que trabalham no Instituto, bem como dos Conselhos Administrativo e Fiscal. Receber este prêmio é uma grande honra, pois é o resultado de muito trabalho e dedicação”, finaliza Zélia.



Gestora Zélia. Foto: Revista RPPS do Brasil

O prefeito Alcides Grohskopf celebrando a conquista com a gestora Zélia





INPAS

Servidores de Petrópolis/RJ podem comemorar, eles têm um Instituto de destaque!

Texto e fotos: INPAS / Revista RPPS do Brasil



INPAS, Entidade Pública Autárquica, integrante da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, com personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, foi criado pela Lei nº 4.792, de 27 de dezembro de 1990, mesmo ano em que foi aprovada a Lei Orgânica do Município de Petrópolis. Sua criação obedece à Constituição Federal de 1988 que determinou aos entes públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) a instituição de Regime Próprio de Previdência Social.

O INPAS conta com 53 servidores ativos, 1.774 aposentados e 652 pensionistas conforme dados do mês de setembro. Os investimentos estão concentrados nos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, no segmento de renda fixa.

A atual diretoria trabalha para tornar realidade projetos como: Criação do INPAS em ação, com palestras, debates e o Balcão Previdenciário Itinerante, oferecendo explicações sobre direitos e deveres previdenciários nas repartições públicas. Realização de novo Censo Previdenciário em 2014. Criação do Conselho Municipal de Previdência Social. Busca de cooperação técnica junto ao Ministério da Previdência para equacionamento do déficit atuarial e participação no PROPREV.

Anova diretoria assumiu o Instituto em janeiro de 2013 e desde então realizou várias ações, dentre elas: Estabelecimento da Missão do INPAS, através de concurso institucional com a participação de servidores. Código de Ética estabelecido por Ato Normativo. Programa de educação continuada para os servidores, com curso para a Certificação Profissional ANBIMA (CPA-10), curso para a Certificação Profissional ANBIMA (CPA-20), curso de Comunicação Gerencial, treinamento do Ciclo PDCA, participação em congressos e seminários. Programa de Educação Previdenciária. Implementação do Extrato Previdenciário Individualizado no sítio eletrônico. Ouvidoria, com acesso via sítio eletrônico, email, telefone (sistema de tarificação reversa – 0800) e atendimento presencial. Renovação dos dois últimos CRP's – abril e outubro de 2013. Atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), com Editais de Licitação, atas do Comitê de Investimentos e da DIREX – Conselho Diretor Executivo, informações contábeis e financeiras, entre outras, disponíveis no sítio eletrônico. Reformulação da Cartilha Previdenciária do Instituto. Divulgação da Política de Investimentos no sítio eletrônico e em informativo impresso. Projeto “Café com Sabedoria”, com palestras envolvendo temas de interesse dos aposentados e pensionistas seguidas do café da manhã. Redução de preços nos principais contratos e no consumo de



energia e combustível. Incorporação da Regência de Classe aos proventos dos professores, além de outras.

Outra importante conquista para o Instituto foi o 2º lugar no Prêmio de Boas Práticas de Gestão da ANEPREM, na categoria grande porte. Para o presidente da instituição, que é Historiador, Economista e Administrador de Empresas, Marcus Curvelo, os bons resultados no INPAS é fruto da participação de todos no processo. “Grande parte dos servidores se dedicam ao Instituto há muitos anos, conhecem e se identificam com o serviço que prestamos. É importante ouvi-los, pois eles querem o melhor para o Instituto e seus beneficiários, e muitas ideias surgem da participação e conhecimento deles”, diz o gestor ao

salientar que “o Prêmio representa o reconhecimento do esforço da equipe diretora e o comprometimento e dedicação dos servidores, que rapidamente se apropriam das iniciativas e somam esforços para a concretização dos planos estabelecidos. Sinto-me honrado em ter conseguido realizar tanto em oito meses de trabalho. A dedicação da equipe fez toda a diferença para esta grande conquista, que representa muito para nós e para nosso município, principalmente por ter sido a primeira edição em que nos inscrevemos. Gostaria também de fazer um agradecimento especial ao Prefeito Rubens Bomtempo pelo apoio incondicional ao trabalho da nossa equipe”, ressaltou.

Marcus recebeu, com orgulho, das mãos de Ana Paula, o prêmio em nome do Inpas-RJ





CAPITALIZAÇÃO DOS RPPSs

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou a Nota Técnica 34/2013 com esclarecimentos sobre o tratamento contábil de recursos destinados pelos Municípios brasileiros para capitalização da unidade gestora de RPPS. O documento cita o exemplo de Juiz de Fora/MG, que pode ser usado por outras administrações municipais. Por meio da Lei 12.820/2013, a prefeitura destinou 10% do produto da arrecadação de todos os créditos inscritos em dívida ativa, sejam eles não-tributários ou tributários, excetuados os valores correspondentes à arrecadação de impostos, para fins de capitalização dos RPPSs, a partir de janeiro de 2014.

Na Nota, orientações de como esses valores devem ser contabilizados, impactando financeiramente e atuarialmente as unidades gestoras dos RPPSs.

A instrução está disponível no Fórum Permanente dos Contadores.



Vista Noturna de Maceió. Foto: Reprodução

ALAGOAS/CE

Auditoria revela fraude previdenciária em mais de 50 municípios de Alagoas. Outros 10 ainda são investigados pelo Ministério da Previdência.

Uma auditoria do Ministério da Previdência apontou que mais de 50% das cidades alagoanas não estão fazendo o repasse para o Fundo de Previdência dos servidores municipais. Os indícios de irregularidades estão sendo investigados pelo Ministério Público Estadual (MPE). Caso as fraudes sejam confirmadas, os responsáveis pelos desvios responderão pelo crime de apropriação indébita previdenciária.

PARIDADE NOS RPPSs

O Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito de aposentados e pensionistas do Poder Executivo do Paraná de serem reenquadrados na carreira, tendo como parâmetro os critérios objetivos previstos na Lei estadual 13.666/2002: o tempo de serviço e a titulação, aferidos na data da aposentadoria. Os inativos ficarão excluídos, entretanto, da promoção em função da avaliação de desempenho, terceiro critério objetivo adotado pela mencionada lei para reenquadramento e consequente reajuste dos servidores em atividade. Em junho de 2011, o Plenário Virtual do STF reconheceu a existência de repercussão geral da matéria, entendendo que a questão tratada no recurso ultrapassava os interesses subjetivos das partes, por ser relevante sob os pontos de vista econômico, político, social e jurídico. Fonte: Rede Previdência



Praça da Independência, Santos/SP. Foto: Reprodução

SANTOS/SP

O ano de 2013 não será lembrado com saudades pelos RPPSs, mesmo para aqueles que fecharem o ano com ligeiro aumento das reservas. O RPPS de Santos é um desses. Com cerca de R\$ 410 milhões em ativos hoje, contra R\$ 392,19 milhões ao final do ano passado, as reservas cresceram cerca de 4,5% no acumulado do ano. Mas o acumulado de qualquer meta atuarial é maior, variando entre 5,80% e 7,30% no período. Segundo Jorge Manuel, presidente do IprevSantos, esse crescimento é resultado da diversificação da carteira de investimentos. "Nós resolvemos apostar um pouco mais em renda variável, onde havia uma perspectiva de ganho ou pelo menos de não-perda", explicou Ferreira.

Além disso, o instituto adotou uma "política de economia", segundo o presidente do IprevSantos. O instituto cortou gastos e terminará, nesse quesito, com diferença de R\$ 1 milhão em relação a 2012.

SEM RPPS, É PREJUÍZO!

Segundo levantamentos do governo, menos de 50% dos municípios do País possuem regime próprio de previdência. Apenas 20 prefeituras das 51 da região Oeste do Paraná possuem regime próprio de previdência. Dados do Ministério da Previdência apontam que o gestor público que ainda não implantou planos próprios com eficiência e responsabilidade está perdendo dinheiro. De acordo com dados da AMOP-Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, a folha de pagamento mensal dessas 30 prefeituras é de aproximadamente R\$ 120 milhões. Isso significa que, em média, o consumo de recursos públicos direcionados a esse tipo de pecúlio representa um acréscimo de R\$ 10 milhões. É dinheiro suficiente para construir dois hospitais ou 200 casas populares. Com base neste cálculo, prefeitos têm aderido cada vez mais ao RPPS. Municípios como Cascavel, Foz do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Corbélia, Cafelândia e outros instituíram suas respectivas plataformas. "Não tenho do que reclamar. Por ano, estamos economizando significativos recursos que estão sendo utilizados em outras áreas da administração pública", destaca o prefeito de Matelândia, Edson Primon.



VENCEDORA!

A equipe da dedicada Nancy Abadia, do Ministério da Previdência Social - MPS, foi a grande vencedora do Prêmio Ações Inovadoras promovido pelo MPS. O Departamento participou do certame com a criação dos Sistemas de Regimes Próprios de Previdência Social desenvolvido pela Empresa de Tecnologia da Previdência Social e gerenciado pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público do Ministério da Previdência Social. Participaram do concurso, ações de todos os órgãos da administração federal que teve como comissão julgadora representantes dos seguintes órgãos: Um representante da Assessoria de Comunicação Social- ASCOM/MPS;

Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- MPOG;

Um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação- MCTI; e

Um representante da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP;

Um representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

CONAPREV

Um dos temas abordados na 8ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), que aconteceu em Gramado, foi a concessão de pensões via judicial embasadas em declarações de união estável post mortem. O assunto foi o tema da apresentação da superintendente de previdência da Bahia, Daniella Souza Gomes, que fez um apelo ao Conselho para sensibilizar os agentes jurídicos. "Elementos técnicos demonstram que estas decisões não representam a realidade e pedimos uma política de articulação para propor campanhas de conscientização sobre esta problemática".



PROFISSIONALIZAÇÃO

A ANEPREM (através do presidente Heliomar Santos – foto), IDS América Latina e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) firmam parceria para realizar Curso Online de Previdência. O curso, que começa em novembro, terá duração de três meses e contemplará os temas Benefícios, Custeio e Gestão. As aulas presenciais serão gravadas no Rio de Janeiro e retransmitidas ao vivo, via internet. O professor/ coordenador é o juiz Federal Fábio Souza. A carga horária é de 13 aulas de aproximadamente 30 minutos cada.

Agilize a análise dos processos de concessão de benefícios do seu RPPS.



A Crédito & Mercado Gestão e Previdência vai auxiliar você, oferecendo praticidade e eficiência no serviço, confira:

- Análise no processo de concessão de benefícios (aposentadoria).
- Revisão dos processos de concessão de benefícios.
- Simulação de tempo para aposentadoria.
- Equipe especializada no desenvolvimento
- Parecer técnico conclusivo,
- Sistema online e digital.

O Grupo Crédito & Mercado desenvolveu uma importante ferramenta de apoio aos gestores dos RPPS, oferecendo por meio de um ambiente digital dinâmico e de fácil acesso a navegação, respostas rápidas e adequadas a análise dos processos de concessão de benefícios.

Mais informações:

www.creditoemercado.com.br

Tel.: 13 3878.8400

crédito & mercado
Gestão e Previdência

Mais uma vez a AEPREMERJ brilhou na realização de mais um evento previdenciário, o 7º Simpósio de Previdência Social da entidade em Rio das Ostras. Com uma temática que agradou os participantes, o evento foi bastante prestigiado pelo Ministério da Previdência e por empresas do segmento. Veja mais fotos no www.revistarppsdobrasil.com.br



Registro da abertura solene do evento



Aluysio Gonçalves, presidente do Instituto de Arraial do Cabo



Evandro, presidente da AEPREMERJ com parte da diretoria e do conselho da Associação



Samuel, Heliomar, Marcelo, Sabino, Evandro e Hélio



Mario Erbolato da CEF



Nuno, Jussara - presidente do Instituto de Duas Barras, e Rui - Geração Futuro



Alessandra - Maricá, Viviane - VSC Consultoria, Luiz Carlos - presidente do MaricáPrev, Leandro e Rafael



Rodrigo, da Queluz



Ronan - Aperibé, Gilbertson - Cambuci e Paulo de Iguaba Grande



Katiúscia, Paulo Henrique, Sant'anna e Neemias de Cabo Frio



Luiz e Fábio da Sapitur



Hélio acompanhado de Terezinha e Cíleide, do Ministério da Previdência



Evandro e Heliomar



Sandra, Ottoni - diretora do Departamento de RPPS do Ministério da Previdência e Evandro



Moacyr e Aderaldo - presidente do Instituto de Conceição do Macabú



Renan - Dimatteo, Bruno - Ático e Adriana - Infinity



José Leão, Elza e Joarez, de Itaboraí



Jonathas, Valtencir, Viviane e Ludmila de Cabo Frio



Claudia e Júlio, da VPA Soluções Atuariais



Rogério Zico, da SET Investimentos e Sandra



Equipe Crédito e Mercado, Edmir, Sandra, Elayne e Ronaldo



Douglas - economista do Instituto de Governador Valadares - MG, André - presidente da AMIPREM e consultor Dibrasi



Andrea, Valdelir - presidente do PrevMendes e Fabiana



Samuel e Evandro sendo prestigiados pelo desembargador do Tribunal de Contas do RJ, Carlos Santos



Robson, presidente do PrevQueimados, Cláudio, Dirley e Elizeu de Queimados

MATO GROSSO

Fotos: Reprodução

Em Mato Grosso, segundo informações do Ministério da Previdência Social, existem 101 municípios com RPPS implantados. Rico Estado de natureza exuberante, tem a preocupação de fortalecer a previdência municipal. Tanto, que os municípios estão se organizando para criar em 2014 uma associação que represente os interesses do segmento, visando o fortalecimento do regime próprio. Neste Raio X, bons exemplos de gestão dos recursos e benefícios previdenciários municipais.

CÁCERES

Boa gestão em prol da municipalidade

Com 15 anos de existência, o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres-MT, criado pela LC nº 26 de 27 de novembro de 1997, reestruturado pela LC nº 062/2005, abriga o regime jurídico previdenciário aos servidores efetivos e estabilizados do Município de Cáceres.

O PREVI-CÁCERES é composto de Direção Executiva - gestão de Luiz Emídio Dantas Júnior, qualificado pela ANBIMA no CPA-10; Procuradoria - ocupada por Rose Kelly; ambos, professores e mestrandos em Ciências Jurídicas pela UNEMAT; Gerente de administração e finanças- Kátia Cristina; Contadora e segurada - Célia Regina; Controladoria - Luana Piovesan, qualificada pela ANBIMA no CPA-10; todas com formação em contabilidade e pós-graduadas em auditoria e contabilidade aplicada ao setor público; e representante da categoria sindical, eleito entre os sindicalizados para ocupar o cargo de Gerente de Benefícios, Rosinei Brunelli, com formação em matemática.

O Instituto mantém acordo de cooperação com a Universidade do Estado de Mato Grosso, o qual visa oferecer estágio supervisionado a acadêmicos, pré-selecionados, dos cursos de ciências contábeis e jurídicas, fomentando, desta forma, a pesquisa na área previdenciária do servidor público. Os membros dos Conselhos Curadores, eleitos entre os segurados e recém-empossados, desempenham suas atividades de acompanhamento e fiscalização da gestão administrativa do Instituto de forma que, certamente, fortalecerá as ações propostas.

O quadro de colaboradores, em constante qualificação, atua de forma participativa com os membros dos Conselhos Curadores e do Comitê de Investimentos no sentido de dar continuidade à gestão administrativa e financeira própria, enfrentando as dificuldades atuais do mercado de investimentos.

O plano de custeio, estabelecido pela Lei Complementar nº 88/2010, estabelece alíquota de contribuição à base de 11%, parte segurado e patronal, e amortização de déficit atuarial por meio de Aportes Financeiros Anuais. Atualmente, o Instituto possui 1.350 segurados ativos e custeia os benefícios previdenciários de 170 inativos e 50 pensionistas. Com sede administrativa própria e um imóvel, ambos, no centro comercial de Cáceres, o Instituto administra, além dos

bens imóveis, uma carteira de investimentos em Renda Fixa, na ordem de R\$ 31 milhões de reais. De forma perspicaz, a atual gestão, equipe técnica e membros dos conselhos curadores estudam alternativas de driblar as dificuldades do mercado financeiro e reinvestir em alternativas rentáveis e seguras. Tem como propósito canalizar investimentos sustentáveis que dê retorno à população local e, quiçá ao Estado de Mato Grosso, através de ações conjuntas com outros municípios empreendedores.

Com o intuito de fortalecer as ações e pesquisar alternativas sustentáveis, o PREVI-CÁCERES, proporcionou, no dia 05 de Junho de 2013, uma capacitação acerca da previdência do servidor público, em parceria com o Município de Cáceres, Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Associação Mato-grossense dos Municípios, com patrocínio exclusivo do Governo Federal, por meio do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Após a conclusão do censo previdenciário, iniciado em 2012 e finalizado neste exercício de 2013, via SIPREV-Gestão Local, o Instituto participou e foi selecionado no Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV), com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), que apoiará técnica e financeiramente os RPPS's, com a administração do MPS.

Não por acaso, o Ministério da Previdência, através da Coordenação Geral de Estudos Técnicos, Estatísticos e Informações Gerenciais da Secretaria de Políticas Públicas, convidou Luana Piovesan, como representante do PREVI-CÁCERES, para compor o Grupo de Apoio à Implementação do SRPPS (SIPREV), no Estado de Mato Grosso. O grupo de apoio à implementação do SRRPS conta com a participação de seis representantes no Brasil (SP, ES, RS, AC e MT) e visa fortalecer as ações inovadoras desenvolvidas e propostas aos RPPS's pelo MPS.

É compromisso da atual gestão administrativa, organizada pelo Prefeito Francis Maris Cruz, o fortalecimento das ações já existentes, tais como a reestruturação da legislação atual do Instituto para dotar o quadro funcional do PREVI-CÁCERES com servidores efetivos, viabilizar alternativas de investimentos seguros, disponibilizar atendimento médico pericial na sede do Instituto, desenvolver projetos de pós-aposentadoria aos seus segurados, entre outros.

A comprometida equipe do Previlucas, tendo à frente, a gestora Andressa Frizzo.
Foto: Previlucas.

PREVILUCAS

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Lucas do Rio Verde – MT “PREVILUCAS”, é uma autarquia de autonomia administrativa, patrimonial e financeira que tem o objetivo de garantir aos servidores efetivos municipais e seus dependentes, prestações de natureza previdenciária em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência.

O PREVILUCAS foi criado dia 04 de dezembro de 1990 por meio da Lei municipal nº. 109/90 e atualmente é regido pela Lei Municipal de Reestruturação nº 2134 de 25 de junho de 2013. São vários os benefícios assegurados aos servidores efetivos municipais e seus dependentes, entre eles estão: A aposentadoria voluntária, aposentadoria compulsória, aposentadoria por invalidez, auxílio doença, salário maternidade, pensão por morte, salário família e auxílio reclusão.

O Instituto atende aproximadamente 1.500 servidores municipais do quadro efetivo do Executivo, Legislativo e Autarquias. Atualmente, o Previlucas custeia 53 aposentadorias e 18 pensões por morte e uma média mensal de 30 auxílios doença e 12 salários maternidade.

A organização administrativa da entidade é composta pelos segurados em conjunto com os poderes Executivo e Legislativo, composta pelo diretor executivo, comitê de investimentos, conselho curador, conselho fiscal e de julgamento de recursos. Para custear os benefícios, os servidores contribuem mensalmente com alíquota de 11%, sobre o salário base e o ATS (Adicional por Tempo de Serviço), e a contribuição patronal: Prefeitura, Câmara e Autarquias, é de 13,82%. Tem também como

fonte de recurso rendas de rentabilidades da carteira de investimentos aplicados nas instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sicredi Centro Norte, Bradesco e Banco Rural, totalizando no primeiro trimestre de 2013 o valor de R\$ 48.293.997,99.

A gestão 2013/2016, através da Diretora Executiva do Previlucas e sua equipe, vem realizando permanentemente capacitações nos setores aos quais os segurados são vinculados, com o objetivo principal de esclarecer aos mesmos sobre seus direitos e deveres previdenciários e a aproximação da previdência aos segurados, bem como a capacitação da equipe gestora, dos conselheiros e comitê, para uma melhor gestão dos recursos.

Visando a qualidade na prestação de serviços previdenciários e acompanhamento dos segurados em gozo de benefícios temporários como auxílio doença, o Previlucas realiza através da assistente social visitas domiciliares e encaminhamento deste para participarem do “Programa Vida Nova”, o qual foi instituído na atual gestão do Prefeito Otaviano Pivetta, com objetivo principal de mudar a qualidade de vida por meio de prática de exercícios físicos nas praças da cidade e orientação alimentar, trazendo com isso mais saúde e qualidade de vida para os beneficiários.

Segundo a diretora executiva do Instituto, Andressa Frizzo, o Previlucas conta com uma equipe dinâmica de servidores capacitados em previdência, os quais gerenciam seus próprios recursos, investindo nas melhores carteiras de investimentos existentes no mercado, visando o crescimento do patrimônio do instituto, adotando critérios mais rígidos na seleção de modalidades de investimentos por meio de uma gerência exclusiva interna.



Heliton Luiz
- diretor
executivo
do Instituto



Fábio Martins
Junqueira

TANGARÁ DA SERRA

O SERRAPREV - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra/MT foi criado nos termos da lei Complementar nº 153/GP/2011, de 14 de abril de 2011, publicada em 02 de maio de 2011. A lei é fruto de um estudo efetuado por uma comissão de servidores devidamente nomeados com representações do Executivo, Legislativo, SAMAE e SSERP – Sindicato dos Servidores públicos do Município, que buscaram subsídios junto ao TCE – Tribunal de Contas do Estado, Ministério da Previdência Social - MPS e AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios, com a finalidade de criar um Órgão seguro e autônomo, no qual não pudesse haver a interferência direta da Administração Municipal.

O Instituto possui personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica e autonomia administrativa e financeira; faz parte integrante dos Órgãos da administração pública Municipal, tendo por objeto o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais de Tangará da Serra, para beneficiar servidores públicos efetivos, ativos e inativos.

A filiação ao SERRAPREV é obrigatória para os servidores efetivos, perdendo esta qualidade de segurado no caso de morte, exoneração, demissão ou para aquele que deixar de exercer atividade que o submeta ao regime do SERRAPREV. E como benefícios, o Instituto oferece: aposentadorias por

invalidez, compulsória, por idade e tempo de contribuição, voluntária por idade, aposentadoria especial, auxílio-doença, salário-família e salário-maternidade. Quanto ao dependente são assegurados: pensão por morte e auxílio-reclusão.

Com a criação do RPPS, Tangará da Serra teve como objetivo assegurar que o Instituto tenha uma administração financeira consistente, que assegure a preservação futura do patrimônio previdenciário necessário ao pagamento dos benefícios a serem concedidos, cujo saldo patrimonial disponível encontra-se devidamente aplicado em Fundos de Investimentos autorizados para RPPS's.

Administrativamente, o Instituto está organizado da seguinte forma: Conselho Previdenciário, Comitê de Investimentos, Diretor-Executivo, com função executiva de administração superior; Assessor Administrativo, Financeiro e Previdenciário.

As receitas do Instituto são compostas pelas contribuições dos segurados e patronais e destinam-se ao pagamento das despesas previdenciárias. E atualmente, possui Patrimônio Líquido de mais de R\$ 15 milhões.

Segundo dados atuariais, 1.247 servidores ativos, 35 aposentados e 18 pensionistas formam os beneficiários do SERRAPREV. E visando a transparência, as prestações de contas aos segurados e à sociedade são efetuadas em formas de audiências públicas.

Congresso Nacional de Direito Previdenciário marca os 90 anos da Previdência no Brasil com a temática: “Reflexões e Perspectivas”. A Revista RPPS do Brasil esteve lá. Confira mais fotos no site www.revistarppsdobrasil.com.br



Vilson Romero falou sobre o Regime Próprio como Fator de Desenvolvimento



Leonardo Rolim, secretário de políticas previdenciárias do MPS, também ministrou palestra



Alexandre Barreto Lisboa falou sobre “Educação Previdenciária



O público aproveitou as discussões



O Ministro Garibaldi foi homenageado



Otoni, do MPS, na abertura do evento

Capim Felipe Pereira
Advogado da OAB, curso
Pós-Graduação em Direito
Constitucional e Administrativo
e Processo Penal.
É Aluno Damásio
em Rorobona.

FEITO
POR
QUEM
FAZ

FEITO
POR
QUEM
SABE
FAZER

Profª Elizabete Vido
Doutora em Pós-Graduação
Especialização em Direito
Engenharia

SUA CARREIRA MERECE. FAÇA PÓS NO DAMÁSIO

PÓS-GRADUAÇÃO DAMÁSIO

CERTIFICADA PELA FACULDADE DE
DIREITO DAMÁSIO DE JESUS.

TURMA EM
FEV 2014



DIRETOR-GERAL PEDAGÓGICO: MARCO ANTONIO ARAUJO JUNIOR

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ON-LINE



Destina-se a Advogados, Procuradores Federais, Serventuários da Justiça, Bacharéis, Contadores, Administradores e demais interessados no aprimoramento acadêmico e profissional. O objetivo do curso é formar profissionais com uma visão crítica sobre análise do desenvolvimento histórico-legislativo do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a evolução dos julgados em matéria de RPPS.

Coordenação acadêmica: **Theodoro Vicente Agostinho**
Coordenação científica: **Wagner Balera**

Parcerias:



PENSE
GRANDE.
FAÇA
DAMÁSIO.

PROCURE A UNIDADE MAIS PRÓXIMA!

www.damasio.com.br/pos



DAMÁSIO
EDUCACIONAL

A Revista RPPS do Brasil registrou o sucesso do 13º Congresso de Previdência da ANEPREM. Confira mais fotos no www.revistarppsdobrasil.com.br



A maior comitiva foi do Mato Grosso do Sul



Turma do PREVCEU - Chapadão do Céu - GO



Sérgio, Leandro e Daniel da CEF



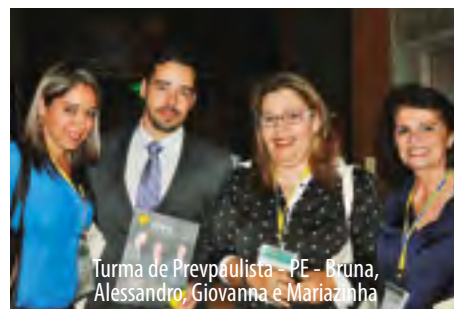
Walter e Ney do Igeprev, Nerise de Goianaprev



Ao centro, a jornalista da Globo News, Marita Guedes e alguns gestores



Anna Paula do Reciprev, Nivalda de Caruaruprev e Paula Yonara de Bezerros



Turma de Prevpaulista - PE - Bruna, Alessandro, Giovanna e Mariazinha



Turma de Cabedelo-PB



Ronato - procurador de Paraiprev, Osório, Fábio Souza - juiz federal e Helionmar



Silvana, Walter, Tarsila e José Alves de Petrolina



Sérgio e Marcos de Pitangueiras-SP e Cristiano de Viradouro-SP



Samir do Banco do Brasil acompanhado de Lúcia e Otoni



Representantes do Banco Nordeste com clientes e gestores



Robson de Queimados-RJ e Marita



Lúcia Helena da Apeprem e Otoni do MPS



Evandro da Aeprem, Célia da Apepp, Helionmar da Aneprem e Maria Tereza do Tribunal de Contas do Pernambuco



Heliomar e Juliana Omena de
Messias-AL



Aurilene de Morada Nova - CE e Graca
Alves de Viçosa-CE



Alessandro, Marcelo de Garanhuns
- PE, Jaligson e Kirlisson da Performe



Nancy do MPS e Lúcia Helena, da Apeprem



Renato de Rio Brillhante-MS, Ágnes de
Chapadão do Sul-MS e Dácio do MPS



Edson e Benedito do Nap, ao centro
Robson de Timom-MA



Momento de interação com o autor do livro
Encantadores de Vida



Paulo e Antônio do Prevceu



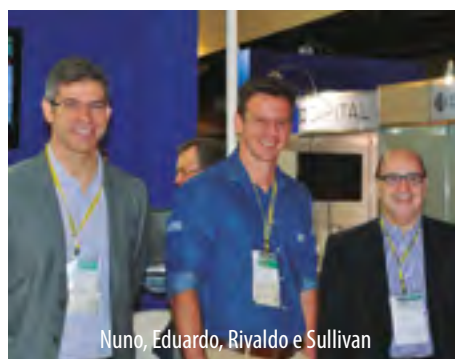
Marcella, Willian e Thiago da KBO Capital



Celso da Plural, Célia e Célio da Brasprev
Investimentos



Marcijane, Célia e Sandra



Nuno, Eduardo, Rivaldo e Sullivan



José, Mônica e Everton do Bradesco



Elisa com o filho João Pedro e Maurício, da
Seleção Brasileira



Luigi e Wilson da CEF com Ildemar da
Sercomprev



Gallego e Zico da Set e Alexandre e Jairo de Brusque-SC



Gestores do Estado de São Paulo



Narlon Gutierrez autografando seu novo livro



Manoel, Felipe, Ronaldo e Edmir da Crédito e Mercado



Herickson, Célia, vice-prefeita de Cabo, Edna Gomes e Heliomar



Coral de Cabo de Santo Agostinho



Kaisô Iwakami do ENAP-FGV

**CURTA A PÁGINA DA REVISTA
RPPS DO BRASIL E CONCORRA!
A ASSINATURAS NAS VERSÕES
IMPRESSA E DIGITAL!²**

¹Sorteio dia 30/11/2013

² Uma Assinatura anual
equivalente a 6 edições

Qualquer dúvida entre em contato:
64 – 3442 6963 / 8133 1707 / 8106 3838
ou pelos emails
contato@revistarppsdobrasil.com.br
anapaula@revistarppsdobrasil.com.br

WWW.REVISTARPPSDOBASIL.COM.BR



facebook.com/revistarppsdobrasil



Agende

NOVEMBRO

04 a 06 de novembro de 2013 – APEPREV –
Treinamento para Certificação CPA – 20 – Curitiba/PR

06 de novembro de 2013 – APEPREV – Encontro
Regional Ibaiti/PR

11 a 13 de novembro de 2013 – ABIPEM – 1º
Congresso Brasileiro de RPPS's: "O Controle Social
exercido pelos Conselhos dos RPPS's" - Brasília/DF

18 a 20 de novembro de 2013 – APEPREV – Seminário
Regional – Região Norte – Londrina/PR

19 e 20 de novembro de 2013 – AGIP – Atividade
Técnica: "Perspectivas e composição de Carteiras de
Investimentos dos RPPS's em 2014" – Porto Alegre/RS

DEZEMBRO

02 a 04 dezembro de 2013 – APEPREV – Treinamento
para Certificação CPA-10 – Maringá/PR

03 de dezembro de 2013 – AEPREMERJ – 22º Encontro
Regional e entrega do IIIº Prêmio AEPREMERJ – Nova
Friburgo/RJ



Visando evidenciar o que as regiões brasileiras estão construindo em termos de **Regime Próprio de Previdência Social**, a **Revista RPPS do Brasil** criou o espaço **RPPS raio X**, cujo objetivo é fazer um raio x das **Associações** e dos **Institutos** de cada região do **Brasil**. Na **13ª Edição** da Revista RPPS do Brasil, vamos mostrar o RPPS do **ESTADO DA BAHIA**. Portanto, se você é gestor ou trabalha com esse segmento, não perca a oportunidade. Entre em contato através dos e-mails: contato@revistarppsdobrasil.com.br ou anapaula@revistarppsdobrasil.com.br, ou através dos telefones: **64 – 3442 6963 / 8133 1707 / 8106 3838**.